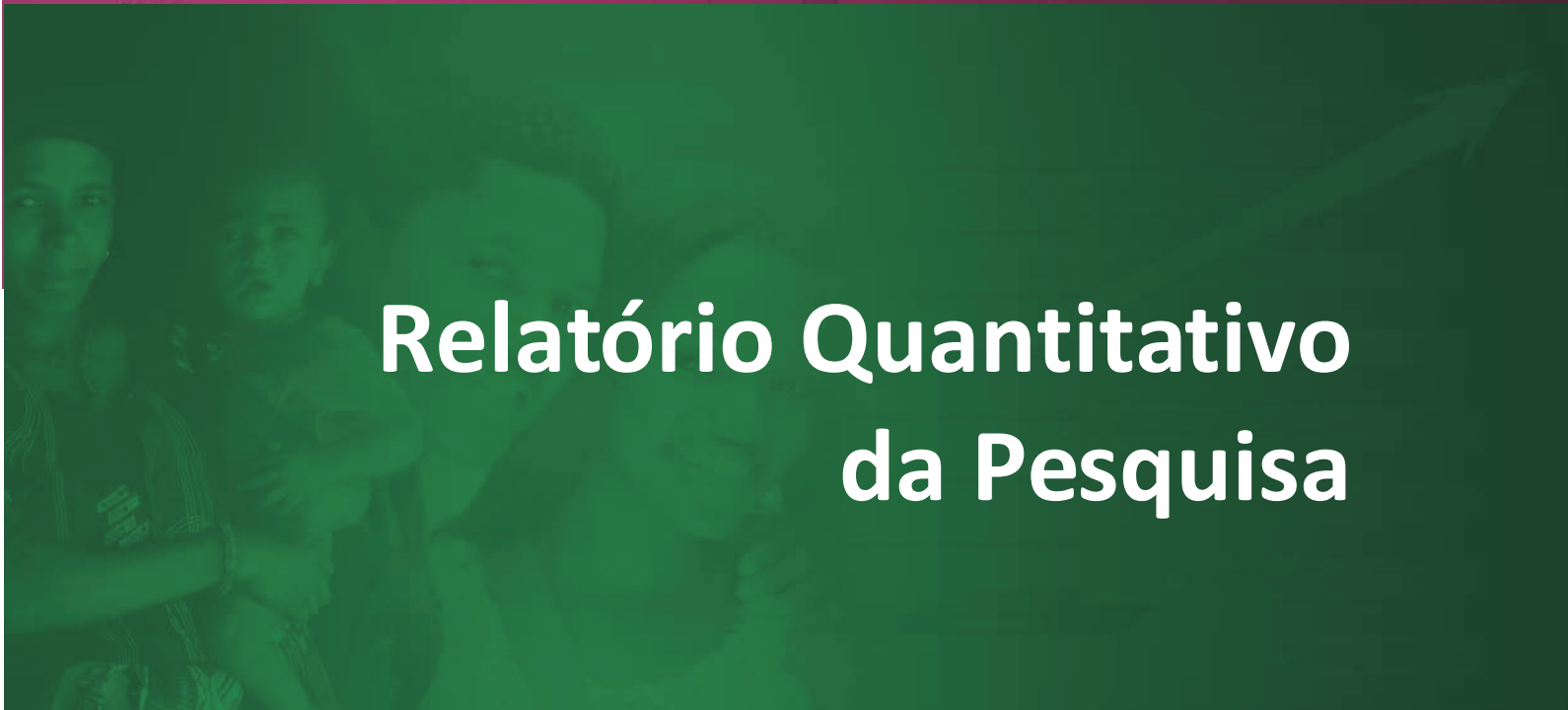
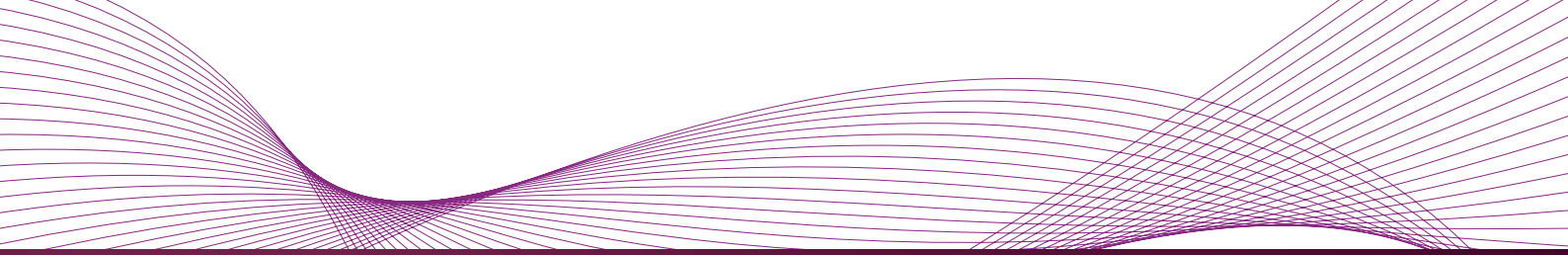


**Análise da dinâmica
de funcionamento dos programas
de atendimento de medida
socioeducativa em meio aberto**



**Relatório Quantitativo
da Pesquisa**



Relatório Quantitativo

R382

Relatório quantitativo / [supervisão geral de] Rosimere de Souza – Rio de Janeiro: IBAM 2014.

77 p.

Abaixo do título: “Pesquisa análise da dinâmica de funcionamento dos programas e da execução do serviço de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC)”.

1. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). 2. Educação - Brasil. I. Souza, Rosimere de. II. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. III. Título.

CDU 37(81)

“Pesquisa análise da dinâmica de funcionamento dos programas e da execução do serviço de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida – LA – e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC)”

Junho 2014

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministra Chefe de Estado da Secretaria de Direitos Humanos

Ideli Salvatti

Secretário Executivo da Secretaria de Direitos Humanos

Claudinei Nascimento

Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Angélica Moura Goulart

Coordenador-Geral do Sistema Nacional Socioeducativo

Cláudio Augusto Vieira da Silva

Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Superintendente Geral

Paulo Timm

Superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social

Alexandre Carlos Albuquerque Santos

Equipe Técnica do Projeto

Supervisora Geral do Projeto

Coordenadora do Programa Gestão Pública Municipal e Direitos Humanos

Rosimere de Souza

Assessores Técnicos

Adriana Mota

Herculis Toledo

Juliana Leite

Liza Santos

Louise Storni

Consultora de Metodologia de Pesquisa

Marina Sidrim Teixeira

Colaboradora

Delaine Costa

Pesquisadores Locais

Afonso Alves

André Assunção

Antonio de Souza

Danieli Souza Bezerra

Felipe Hauers

Fernanda Azeredo de Moraes

Laura Rosa Almeida P. Ferreira

Layane da Silva Melo
Luzianny Borges Rocha
Mairla Machado Protazio
Marcello Felipe de Jesus Múscari
Maria Cristina de Oliveira
Maria Tereza Nunes Trubulsi
Ivanir Luzia Mais
Jussara de Melo
Tâmara Caroline da Silva Ramos Coimbra
Thais Brito
Thiago Lucena

Estagiários

Safira Silva
Vladmir Machado

Revisão Bibliográfica e catalográfica

Elisa Machado Alves Correa

Revisão e Diagramação

Diana Castellani
Ricardo Polato

Programação visual

André Guimarães Souza

Apoio Técnico-administrativo

Flavia Lopes

Conselho nacional dos direitos da criança e do adolescente – CONANDA

Conselheiros Governamentais – Biênio 2013/2014 – Titulares e Suplentes no CONANDA

Casa Civil da Presidência da República

Titular: Magaly de Carvalho Correia Marques

Suplente: Mariana Barbosa Cirne

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Titular: Francisco Antonio de Sousa Brito

Suplente: Natalia da Silva Pessoa

Ministério da Cultura

Titular: Anirlenio Donizet de Moraes

Suplente: Marina Leite da Silveira

Ministério da Educação

Titular: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro

Suplente: Fabio Meirelles Hardman de Castro

Ministério do Esporte

Titular: Andrea Carvalho Alfama

Suplente: Elisangela Landim Santos

Ministério da Fazenda

Titular: Jordelino Serafim dos Reis

Suplente: Cristiane Caldera de Araújo Mascarenhas

Ministério da Previdência Social

Titular: Kesia Miriam Santos de Araujo

Suplente: Fabiula Costa Oliveira

Ministério da Saúde

Titular: Thereza de Lamare Franco Netto

Suplente: Maria de Lourdes Magalhães

Ministério das Relações Exteriores

Titular: Marcia Canário de Oliveira

Suplente: Juliana de Moura Gomes

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Titular: Danyel Iorio de Lima

Suplente: Bernardo Bofil Vasconcelos Pereira

Ministério do Trabalho e Emprego

Titular: Karina Andrade Ladeira

Suplente: Cintia Bastos Bemerguy

Ministério da Justiça

Titular: Davi Ulisses Brasil Simões Pires

Suplente: Alex Canuto de Sá Cunha

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Titular: Maria Izabel da Silva (Vice-Presidente)

Suplente: Claudio Augusto Vieira Da Silva

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Titular: Cristina de Fátima Guimarães

Suplente: Floraci Pereira dos Santos

Sociedade Civil – Biênio 2013/2014 – Titulares no CONANDA

Pastoral da Criança

Representante: Maristela Cizeski

CNBB – Pastoral do Menor

Representante: Vitor Cavalcante de Sousa Valério

Inspetoria São João Bosco (Salesianos)

Representante: Miriam Maria José dos Santos (Presidente)

Federação Nacional das APAES

Representante: Anna Beatriz Langue Peranovich Leite

CFP – Conselho Federal de Psicologia

Representante: Esther Maria de Magalhães Arantes

ABMP – Associação Brasileira de Magistrados, Promotores e Defensores Públicos da Infância e da Juventude

Representante: Diego Vale de Medeiros

UBEE – União Brasileira de Educação e Ensino (Marista)

Representante: Fabio Feitosa da Silva

Aldeias Infantis SOS Brasil

Representante: Fabio José Garcia Paes

CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura

Representante: Tania Mara Dornellas dos Santos

MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Representante: Marco Antônio da Silva Souza

Criança Segura

Representante: Alessandra Mara França

CFESS — Conselho Federal de Serviço Social

Representante: Erivã Garcia Velasco

CECUP — Centro de Educação e Cultura Popular

Representante: Edmundo Ribeiro Kroger

OAB — Ordem dos Advogados do Brasil

Representante: Luiza Helena Simonetti Xavier

Sociedade Civil — Biênio 2013/2014 — Suplentes no CONANDA

ACM — Federação Brasileira das Associações Cristã de Moços

Representante: Adriano de Britos

Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho

Representante: Roseli Aparecida Duarte

MNDH — Movimento Nacional de Direitos Humanos

Representante: Carlos Nicodemos Oliveira Silva

CUT — Central Única dos Trabalhadores

Representante: Raimunda Núbia Lopes da Silva

Instituto ALANA

Representante: Pedro Affonso Duarte Hartung

FENATIBREF — Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Representante: Francisco Rodrigues Correa

ANCED — Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

Representante: Djalma Costa

SBP — Sociedade Brasileira de Pediatria

Representante: Rachel Niskier Sanchez

FENAVAPE — Federação Nacional das Associações para Valorização de Pessoas com Deficiência

Representante: Fernanda Campana

Fundação Fé e Alegria do Brasil

Representante: Renato Eliseu Costa

Fundação ABRINQ

Representante: Heloisa Helena Silva de Oliveira

Conselho Latino Americano de Igrejas

Representante: Rosilea Roldi Wille

MORHAN — Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase

Representante: Thiago Pereira da Silva Flo

Sumário

LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE GRÁFICO	13
APRESENTAÇÃO	14
MÓDULO I - ENTIDADES DE ATENDIMENTO	17
Bloco 1 - Identificação das entidades de atendimento.....	17
Bloco 2 - Estrutura organizacional:	18
MÓDULO II - PROGRAMAS DE ATENDIMENTO	25
Bloco 3 - Identificação do Programa de Atendimento	25
Bloco 4 - Funcionamento Interno.....	35
Bloco 5 - Funcionamento Externo	43
MÓDULO III - UNIDADES/SERVIÇOS/CREAS	48
Bloco 6 - Identificação das Unidades	48
Bloco 7 - Plano Individualizado de Atendimento – PIA.....	57
Bloco 8 - Perfil dos adolescentes atendidos em unidade/serviço/creas pelo programa de atendimento.....	63
CONCLUSÃO	68
BIBLIOGRAFIA	75
ANEXOS	76

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Pergunta 15: Tipo de entidade

TABELA 2 - Pergunta 25: Tipo de medida que o programa/serviço contempla

TABELA 3 - Pergunta 27: Inscrição da entidade no CMDCA

TABELA 4 - Pergunta 28: Conhecimento sobre o montante de recursos financeiros de que a entidade dispôs em 2011 para o atendimento socioeducativo

TABELA 5 - Pergunta 28: Montante de recursos financeiros que a entidade dispôs em 2011 para o atendimento socioeducativo

TABELA 6 - Pergunta 29: Considera suficientes os recursos disponibilizados em 2011?

TABELA 7 - Pergunta 30: Em 2011, o montante de recursos financeiros foi gasto?

TABELA 8 - Pergunta 31: Percentuais gastos dos recursos disponíveis em 2011

TABELA 9 - Pergunta 32: Origem dos recursos disponíveis em 2011

TABELA 10 - Pergunta 33: A entidade recebe recursos dos fundos?

TABELA 11 - Ano de início de funcionamento do programa como está estruturado hoje

TABELA 12 - Pergunta 57: O programa é inscrito no CMDCA?

TABELA 13 - Especificações do ano de inscrição do Programa de Atendimento no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

TABELA 14 - Pergunta 57: Ano da inscrição no CMDCA

TABELA 15 - Pergunta 58: Os que responderam existir meta de atendimento por medida e total

TABELA 16 - Pergunta 59: Conhece o número de adolescentes atendidos no programa de atendimento em 2011?

TABELA 17 - Pergunta 60.1: Local de desenvolvimento da atividade de recepção/acolhida

TABELA 18 - Pergunta 60.3: Local de desenvolvimento da atividade de acompanhamento da participação da família na execução da medida pelo adolescente

TABELA 19 - Pergunta 60.2: Local de desenvolvimento da atividade de estudo social do caso

TABELA 20 - Pergunta 60.4: Local de desenvolvimento da atividade de diagnóstico socioeconômico

TABELA 21 - Pergunta 60.6: Local de desenvolvimento da atividade de construção, execução e monitoramento de plano individual e familiar de atendimento

TABELA 22 - Atividades mais desenvolvidas, independente do local onde são realizadas (maior número de sim)

TABELA 23 - Pergunta 61: Instrumento de formalização do programa

TABELA 24 - Pergunta 61: Tipo de instrumento de formalização do programa

TABELA 25 - Ano do instrumento que formaliza o Programa de Atendimento

TABELA 26 - Pergunta 63: Realização de capacitação para a equipe técnica nos últimos seis meses

TABELA 27 - Pergunta 64: Temas trabalhados na capacitação da equipe técnica nos últimos 6 meses

TABELA 28 - Pergunta 65: Participação de algum componente da equipe no Curso de Formação Continuada do SINASE

TABELA 29 - Número médio de componentes da equipe que participou da formação continuada SINASE em 2011

TABELA 30 - Pergunta 67: Qual a formação profissional do coordenador/diretor do programa de atendimento?

TABELA 31 - Pergunta 68: Existe um sistema de monitoramento e avaliação do programa de atendimento?

TABELA 32 - Pergunta 69: Qual a periodicidade prevista para a realização de avaliações do programa de atendimento?

TABELA 33 - Pergunta 70: Nos últimos seis meses, foi feita alguma avaliação do Programa de Atendimento?

TABELA 34 - Pergunta 71: Três principais agentes participantes da última avaliação realizada pelo programa

TABELA 35 - Pergunta 72: Quem realizou a última avaliação?

TABELA 36 - Pergunta 73: Instrumentos utilizados na última avaliação

TABELA 37 - Pergunta 74: Uso dos resultados da avaliação

TABELA 38 - Pergunta 75: O Programa de Atendimento desenvolve atividade de acompanhamento de egressos?

TABELA 39 - Pergunta 76: Instituições com as quais o programa se articulou nos últimos 6 meses

TABELA 40 - Pergunta 77: Setores com os quais o programa se articulou nos últimos 6 meses

TABELA 41 - Pergunta 78: Comunicação com gestores de medidas socioeducativas

TABELA 42 - Pergunta 79: Intensidade da comunicação entre programa de atendimento e os Gestores Estaduais (somente os programas que tem este tipo de comunicação)

TABELA 43 - Pergunta 80: Intensidade da comunicação entre programa de atendimento e os Gestores Municipais (somente os programas que tem este tipo de comunicação)

TABELA 44 - Pergunta 81: Nos últimos seis meses o Programa atendeu a adolescentes que residem em outros Municípios fora da Capital

TABELA 45 - Número médio de adolescentes atendidos que residem fora do município da capital

TABELA 46 - Pergunta 95: Tipo de unidade de atendimento

TABELA 47 - Pergunta 106: Atributos do espaço físico do local de atendimento (onde se realizam as atividades)

TABELA 48 - Pergunta 107: Houve capacitação para equipe técnica nos últimos seis meses?

TABELA 49 - Pergunta 108: Temas da última capacitação

TABELA 50 - Pergunta 109: Em 2011, algum componente da equipe participou do Curso de Formação Continuada do Sistema Nacional Socioeducativo?

TABELA 51 - Pergunta 111: Tipos de formação profissionais equipe

TABELA 52 - Pergunta 112: Qual a formação profissional do coordenador / diretor do unidade / serviço / CREAS?

TABELA 53 - Período de permanência na Unidade/Serviço/CREAS dos membros da equipe técnica envolvidos diretamente na execução das medidas socioeducativas.

TABELA 54 - Pergunta 126: Problemas que têm sido identificados como oferecendo muita dificuldade para a unidade

TABELA 55 - Pergunta 127: O Programa de Atendimento executado por esta Unidade/Serviço/ CREAS desenvolve o Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa?

TABELA 56 - Pergunta 128: Quem participa da elaboração do PIA?

TABELA 57 - Pergunta 129: Aspectos considerados na elaboração do PIA

TABELA 58 - Pergunta 130: Com que frequência o PIA é avaliado?

TABELA 59 - Pergunta 131: Os relatórios para a reavaliação da medida a serem encaminhados para o judiciário estão sendo elaborados com base no PIA?

TABELA 60 - Pergunta 132: O PIA tem sido um instrumento eficaz no acompanhamento do processo socioeducativo?

TABELA 61 - Pergunta 133: Setores em articulação com a unidade

TABELA 62 - Pergunta 134: Setores que sempre atendem os adolescentes

TABELA 63 - Pergunta 164: Atos infracionais mais frequentes

TABELA 64 - Pergunta 165: Nos últimos seis meses, o programa de atendimento executado nesta unidade/serviço/CREAS recebeu algum adolescente com deficiência?

TABELA 65 - Pergunta 167: Tipo de deficiência do adolescente atendido

TABELA 66 - Pergunta 168: Nos últimos seis meses, o programa de atendimento executado nesta unidade/serviço/CREAS recebeu algum adolescente com transtorno mental?

TABELA 67 - Pergunta 170: Nos últimos seis meses, o programa de atendimento executado nesta unidade/serviço/CREAS recebeu algum adolescente com dependência de álcool ou substâncias psicoativas?

TABELA 68 - Pergunta 172: Substância de dependência

TABELA 69 - Pergunta 173: Tipo de serviço especializado

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - v127: O Programa de atendimento executado por esta Unidade/Serviço/CREAS desenvolve o Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa

APRESENTAÇÃO

As informações a seguir sistematizadas referem-se aos resultados da segunda etapa do projeto¹ – pesquisa quantitativa – que tem por objetivo conhecer quais são, como estão estruturados e como estão funcionando os programas/serviços de atendimento socioeducativo em meio aberto (LA e PSC) nas 27 capitais brasileiras e, assim, fornecer subsídios para a implementação e o aprimoramento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

A pesquisa quantitativa foi realizada, no período de fevereiro a novembro de 2012, a partir de um modelo de questionário com perguntas fechadas², aplicado in loco pelos membros da equipe técnica nas capitais de todos os estados (26) e do Distrito Federal (1). Buscou-se, preferencialmente, dirigir as questões aos gestores municipais e estaduais de Entidades, Programas e aos responsáveis/coordenadores de Serviços/Unidades/Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS – voltados para o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto³. Ao final, foram constatados um total de 31 entidades, 31 Programas e 156 unidades/serviços/CREAS⁴.

Para efeitos desta pesquisa, entende-se por:

- **Entidade de atendimento:** a pessoa jurídica de direito público e privado que instala e mantém a unidade e os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento (Artigo 1º, §5º da lei do SINASE – Lei N° 12.594, de 18 de Janeiro de 2012) Ex. No caso de estarem ligados ao SUAS, a Entidade de Atendimento será a Secretaria Municipal de Assistência Social.

1 O projeto está estruturado em quatro etapas consecutivas, a saber: 1) atualização da produção normativa sobre a temática por meio de pesquisa e análise das produções jurídicas e operacionais elaboradas nos níveis federal, estadual e municipais (leis, decretos, resoluções, portarias, normas operacionais) nas 27 capitais brasileiras; 2) identificação e caracterização das entidades gestoras, dos programas e das unidades de atendimento socioeducativo em meio aberto nas 27 capitais brasileiras (pesquisa quantitativa – cadastro e aplicação de questionário fechado); 3) análise da dinâmica de funcionamento dos programas de atendimento socioeducativos em meio aberto nas 27 capitais brasileiras (pesquisa qualitativa – entrevistas com agentes do sistema de garantia de direitos das capitais e grupos focais com adolescentes e familiares); 4. Sistematização das recomendações e aperfeiçoamento da política pública de atendimento socioeducativo em meio aberto (LA e PSC) para o adolescente em conflito com a lei por meio da elaboração de documento orientador para execução das medidas socioeducativas em nível municipal.

2 ANEXO 1: Questionário utilizado na pesquisa quantitativa (Etapa 1) nas 27 capitais.

3 A definição do universo de entrevistados foi acordada com a SDH. A identificação dos gestores municipais e estaduais de Entidades, Programas e dos responsáveis/coordenadores de Serviços/Unidades/Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS – se deu a partir do cruzamento e da checagem, por telefone, de informações disponibilizadas pelas Varas da Infância e da Juventude nas 27 capitais, pela SDH, pelo MDS e pelos próprios agentes quando contatados para agendamento das entrevistas. Este levantamento conformou um cadastro prévio de informantes confrontado no campo.

4 ANEXO 2: Listagem das Entidades, Programas e Unidades/Serviços/CREAS identificados.

- **Programa de Atendimento:** a organização e o funcionamento, por unidade, das condições necessárias para o cumprimento das medidas socioeducativas, segundo artigo 1º, § 3º da lei do SINASE. Lei N° 12.594, de 18 de Janeiro de 2012).
- **Unidade de Atendimento:** a base física necessária para a organização e o funcionamento de atendimento, segundo artigo 1º, § 4º da lei do SINASE. Lei N° 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Ex. Nos casos ligados ao SUAS considera-se os CREAS como unidade/ base física – unidade/serviço/CREAS. Quando for ligado a outro órgão municipal fora da assistência ou a Organização não Governamental – ONG – executora da Unidade é a base física do programa.
- **Serviços:** Conforme a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – “entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei (Redação dada pela Lei N° 12.435, de 2011)”.⁵

Parece existir uma equivalência entre o que a Lei do SINASE chama de programas e o que a normativa da assistência social conceitua como serviços no caso do atendimento socioeducativo em meio aberto. Por esta razão, entende-se nesta pesquisa que programas e serviços são sinônimos.

Buscou-se, nesta etapa, conhecer quais são e como estão funcionando os programas/serviços de atendimento socioeducativo em meio aberto (LA e PSC) nas 27 capitais brasileiras, com foco nos aspectos que dizem respeito:

- a sua estrutura organizacional;
- ao seu funcionamento interno e funcionamento externo;
- ao Plano Individual de Atendimento – PIA – e;
- ao perfil dos adolescentes atendidos pelas unidades/serviços/programas.

⁵ No âmbito da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema único de Assistência Social, serviços são as provisões socioassistenciais direcionadas para o público alvo da assistência social. Podem ser consideradas as atividades continuadas que visam à melhoria de vida da população por meio do desenvolvimento de ações direcionadas para as necessidades básicas da população. Os serviços possuem importante papel na provisão da Assistência Social, seja no âmbito da Proteção Social Básica ou da Proteção Social Especial. Eles objetivam processar o acesso a seguranças e cobertura de necessidades essenciais da população tais como alimentação, abrigo, lazer e cultura, profissionalização, informação, apoio psicológico, apoio domiciliar, entre outros. Apóiam processos de inclusão social de seus usuários na vida comunitária/societária e familiar como o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Desde já cabe destacar que esta etapa de pesquisa foi fundamental para compreender e caracterizar o contexto político-institucional, no qual se inserem as medidas socioeducativas em meio aberto (LA/PSC), tendo em vista os fatores que incidem sobre a descentralização, a municipalização e o atendimento. Ainda que em uma análise preliminar, esta etapa permitiu entender tanto o contexto nacional, em sua diversidade de arranjos institucionais e especificidades territoriais, quanto identificar questões a serem aprofundadas e problematizadas na etapa seguinte. No mesmo sentido, a etapa qualitativa, com base em entrevistas com uso de questionários abertos e grupos focais que buscaram apreender os arranjos institucionais e as formas de execução das medidas, debruçou-se sobre as perspectivas de diferentes agentes sociais para construir um diagnóstico mais profundo da situação do atendimento socioeducativo em meio aberto nas 27 capitais.

Os principais pressupostos teóricos que orientam o projeto se apóiam em literatura nacional e internacional sobre o atendimento às crianças e aos adolescentes envolvidos com o ato infracional, cujos autores articulam o tema da pobreza ao da violação de direitos humanos e, na normativa, sobre esse mesmo assunto que vem sendo recentemente editado no país. A discussão sobre crianças e adolescentes (de ambos os sexos) que vivem em condições de vulnerabilidade econômica e social presente em tal contexto literário e normativo evidencia as diversas situações de violência, criminalização e criminalidade que tais grupos sofrem ao longo de suas trajetórias. O ato infracional praticado por adolescentes, em muitos casos, é uma forma de reprodução dessa violação dos seus direitos.

Inserido nesse debate, o tema das políticas públicas ganha destaque no Brasil, principalmente na última década, em que foram consolidadas mudanças importantes em termos da (re)estruturação das políticas sociais como a adoção do Sistema Único da Assistência Social – SUAS – e sua intersecção com o próprio Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – (2006 e 2013)⁶ e, deste com os demais Sistemas (Educativo, Saúde e Justiça). Sob a ótica da articulação e da integração, o Sistema de Garantia dos Direitos enfrenta desafios tanto em termos da gestão, dadas as especificidades de cada (sub)sistema, quanto da efetivação dos direitos por meio das políticas públicas municipais.

A pesquisa foi iniciada e executada em pleno processo de mobilização nacional em direção às eleições municipais para prefeitos e vereadores no mês de outubro. Neste sentido, procurou-se realizar a atividade de campo – entrevistas – antes da mudança de gestão. Os principais resultados estão a seguir sistematizados conforme estrutura do questionário.

⁶ Resolução 119 de 2006 do CONANDA que instituiu as bases do SINASE e Lei N° 12.594 de 2012 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

MÓDULO I - ENTIDADES DE ATENDIMENTO

Bloco 1 - Identificação das entidades de atendimento

Ao todo foram identificadas 31 entidades responsáveis pelos programas/serviços, sendo a maioria (70,97%) órgãos do Executivo Municipal das capitais. Em geral, destacam-se, as Secretarias Municipais de Assistência Social (Assistência Social e Cidadania, Assistência Social e Desenvolvimento Humano, Criança e Assistência Social, Assistência Social e Trabalho, Políticas, Ação Social e Cidadania) e correlatos: Direitos Humanos (um caso), Gestão Social (um caso). Há ainda, Secretarias de Estado (9,68%) em 3 capitais: Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Manaus, AM), Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS (Porto Velho, RO). Torna-se importante destacar, nesse contexto, que, em Porto Velho, a SEJUS não é mais uma entidade responsável pela execução do atendimento, já que no final do ano de 2012 houve a transferência completa para o município. Entretanto, neste relatório, a instituição ainda configura-se como uma entidade de atendimento.

Ainda salienta-se que, no total levantado, 9,68% representam Fundações (Fundação de Ação Social – FAS –, em Curitiba, Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC –, em Porto Alegre, e Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA –, em Belém). Além destes tipos de entidades mapeou-se uma autarquia (Instituto Socioeducativo do Acre vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos), uma entidade religiosa (Centro Espírita Yvan Costa em Belém, PA) e uma entidade privada sem fins lucrativos (Universidade da Amazônia – UNAMA).

TABELA 1

PERGUNTA 15: TIPO DE ENTIDADE	N (FREQUÊNCIA)	%
Secretaria estadual	3	9,68
Secretaria municipal	22	70,97
Organização privada com fins lucrativos	1	3,23
Entidade religiosa	1	3,23
Fundação	3	9,68
Autarquia	1	3,23
Total	31	100,00

O perfil dos respondentes, como já mencionado, é composto prioritariamente por gestores e técnicos estaduais e municipais do atendimento socioeducativo. Entre as formações acadêmicas estão, principalmente, os cursos de serviço social e psicologia. Outra característica observada é que tais agentes são majoritariamente do sexo feminino, com 26 mulheres, e somente 5 homens.⁷

Bloco 2 - Estrutura organizacional

Neste bloco analisaram-se aspectos das estruturas organizacionais que informassem a quantidade de entidades gestoras do atendimento; tipos de medidas socioeducativas atendidas; inscrição da entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; existência e suficiência dos recursos financeiros para o atendimento; e fontes dos recursos.

Entidades gestoras do atendimento

Em todas as capitais, há pelo menos um programa/serviço sob a coordenação de uma mesma entidade gestora, com exceção de Belém/PA (3 programas/serviços e 3 entidades), Porto Velho/RO (2 programas/serviços e 2 entidades) e Rio Branco/AC (2 programas/serviços e 2 entidades).

Tipos de medidas socioeducativas atendidas

Todos os programas/serviços identificados contemplam, majoritariamente, e na mesma proporção, a **Liberdade Assistida – LA – (46,7%)** e a **Prestação de Serviço à Comunidade – PSC – (46,7%)** e poucos (6,7%) a **Liberdade Assistida Comunitária – LAC**. Cabe aqui observar que, embora a LAC não esteja prevista entre as medidas socioeducativas do Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a modalidade foi atendida pela Igreja Católica durante muitos anos. O levantamento identificou essa execução em 2 capitais, a saber: em Belém, pelo Centro Espírita Yvon Costa e pela Universidade da Amazônia e, em Teresina, pela Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social em parceria com a Ação Social Arquidiocesana.

⁷ ANEXO 3: Perfil dos respondentes dos questionários.

Constatou-se, ainda, que poucos são os programas/serviços que contemplam também as medidas de semiliberdade (11,4%) e de internação (11,4%) as quais, por sua vez, fogem do campo de ação do Governo Municipal. As capitais que atendem a esse público são:

- **Distrito Federal** executado pela Secretaria Distrital da Criança;
- **Manaus** sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Amazonas;
- **Porto Velho** coordenado pela Secretaria de Estado e Justiça;
- **Rio Branco** desenvolvido pelo Instituto Socioeducativo do Acre.

TABELA 2		
PERGUNTA 25: TIPO DE MEDIDA QUE O PROGRAMA/SERVIÇO CONTEMPLA	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v25.1. Programa/serviço de atendimento contempla Liberdade Assistida	28	46,70
v25.2. Programa/serviço de atendimento contempla Liberdade Assistida Comunitária	4	6,70
v25.3. Programa/serviço de atendimento contempla Prestação de Serviço à Comunidade	28	46,70
Total	60	100,10

Inscrição da entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Com relação à inscrição da entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA –, órgão responsável por deliberar sobre a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, a maioria dos respondentes das entidades identificadas (21) confirmou tal procedimento. Entretanto, 8 responderam não se aplicar aos seus casos, por entenderem que os órgãos públicos não possuem tal obrigatoriedade de inscrever as entidades no conselho, mas apenas os programas/serviços de atendimento. A entidade Centro Espírita Yvon Costa, em Belém, e o Instituto Socioeducativo do Acre, em Rio Branco, informaram não ter inscrição no CMDCA.

TABELA 3		
PERGUNTA 27: INSCRIÇÃO DA ENTIDADE NO CMDCA	N (FREQUÊNCIA)	%
Sim	21	67,74
Não	2	6,45
Não se aplica	8	25,81
Total	31	100,00

Existência e suficiência dos recursos financeiros para o atendimento

Do total de entidades que participaram da pesquisa, 24 indicaram ter recebido **recursos financeiros, em 2011**, para o atendimento socioeducativo, sendo que cinco respondentes não souberam informar, um assinalou não ter recebido recursos e outro não prestou a informação.

TABELA 4			
PERGUNTA 28: CONHECIMENTO SOBRE O MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS DE QUE A ENTIDADE DISPÕS EM 2011 PARA O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	N (FREQUÊNCIA)	%	% VÁLIDA
Sim	24	77,42	80,00
Não dispôs de recursos	1	3,23	3,33
Não sabe (entrevistado não soube responder à questão)	5	16,13	16,67
Total	30	96,77	100,00
Não prestou esta informação	1	3,23	
Total geral	31	100,00	

Destes que não responderam a opção sim, destacam-se as seguintes capitais:

- A capital (entidade) cujo entrevistado afirmou “não ter disposto de recursos no ano de 2011” foi Belém (Centro Espírita Yvon Costa).
- As cinco capitais (entidades) cujos entrevistados afirmaram “não saber qual o montante disposto no ano de 2011” foram: Belém (FUNPAPA – Fundação Papa João XXIII), Fortaleza (Secretaria Municipal de Direitos Humanos), Manaus (Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania), Porto Velho (Secretaria Municipal de Assistência Social) e Recife (Secretaria Municipal de Assistência Social do Recife).

Das 24 entidades que declararam a existência de recursos financeiros disponíveis para atendimento em 2011, os valores são bastante distintos e somam, todos juntos, o montante de R\$ 110.880.966,00 e um valor médio de recursos disponíveis de R\$ 4.620.040,25, como se verifica na tabela a seguir.

TABELA 5	
PERGUNTA 28: MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS QUE A ENTIDADE DISPÕS EM 2011 PARA O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO ⁸	N (FREQUÊNCIA)
7.000,00	1
26.400,00	1
52.800,00	1
62.000,00	1
196.888,00	1
237.000,00	1
272.976,00	1
390.000,00	1
468.000,00	1
508.800,00	1
569.414,00	1
596.839,00	1
1.018.508,00	1
1.128.000,00	1
1.824.000,00	1
1.905.634,00	1
2.420.000,00	1
3.000.000,00	1
4.795.737,00	1
5.811.541,00	1
7.703.700,00	1
20.948.126,00	1
23.042.414,00	1
33.928.589,00	1
Total	24
Valor médio dos recursos disponíveis em 2011	4.620.040,25
Valor total disponibilizado em 2011	110.880.966

8 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – quadro não sei 28.pdf e tabela cruzamento questões 28 e 29.pdf

Para além do detalhamento dos gastos, o que implica análise acurada e informações adicionais em todos os níveis (sobre as formas de financiamento do atendimento, regras específicas que orientam os gastos e os critérios de distribuição de recursos, entre outros), importa assinalar que 13 entrevistados consideram os recursos disponibilizados em 2011 suficientes, 10 não os consideram e 1 não soube informar (Porto Velho – Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS). Por outro lado, 13 indicaram que gastaram integralmente os recursos, enquanto que 8 apenas parcialmente, provavelmente em razão da burocracia interna das entidades para a liberação dos recursos ou por motivo de reestruturação interna.

TABELA 6		
PERGUNTA 29: CONSIDERA SUFICIENTE OS RECURSOS DISPONIBILIZADOS EM 2011? ⁹	N (FREQUÊNCIA)	%
Sim	13	54,20
Não	10	41,70
Não sabe (entrevistado não soube responder à questão)	1	4,20
Total	24	100,10

TABELA 7			
PERGUNTA 30: EM 2011, O MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS FOI GASTO? ¹⁰	N (FREQUÊNCIA)	%	% VÁLIDA
Integralmente	13	54,20	56,50
Parcialmente	8	33,30	34,80
Não sabe (entrevistado não soube responder à questão)	2	8,30	8,70
Total	23	95,80	100,00
Não prestou esta informação	1	4,20	
Total geral	24	100,00	

9 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – quadro não 29 e integralmente 30.pdf

10 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – quadro não 29 e integralmente 30.pdf

TABELA 8

PERGUNTA 31: PERCENTUAIS GASTOS DOS RECURSOS DISPONÍVEIS EM 2011	N (FREQUÊNCIA)
2	1
30	1
35	1
43	1
44	1
73	1
79	1
90	1
Total	8
Proporção média dos recursos gastos parcialmente em 2011	49,5
Proporção mediana dos recursos gastos parcialmente em 2011	43,5
Proporção mínima dos recursos gastos parcialmente em 2011	2
Proporção máxima dos recursos gastos parcialmente em 2011	90

Fontes dos recursos

Tão importante quanto a disponibilidade dos recursos e sua execução são as fontes. Nesta direção, as respostas sobre a origem do financiamento das ações revelaram que 20 programas dispõem de recursos oriundos do orçamento público municipal; 18 do orçamento público federal; 8 do orçamento público estadual. Apenas um respondente (Belo Horizonte), assinalou também a opção que a origem dos recursos advém de doação direta de pessoa jurídica e somente dois respondentes informaram que os recursos vêm de duas outras fontes não especificadas (Belém e Teresina).

TABELA 9

PERGUNTA 32: ORIGEM DOS RECURSOS DISPONÍVEIS EM 2011	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v32.1. Os recursos financeiros dos quais o programa/serviço de atendimento dispõe vêm do orçamento Público Municipal	20	40,82
v32.2. Os recursos financeiros dos quais o programa/serviço de atendimento dispõe vêm do orçamento Público Estadual	8	16,33
v32.3. Os recursos financeiros dos quais o programa/serviço de atendimento dispõe vêm do orçamento Público Federal	18	36,73
v32.5. Os recursos financeiros dos quais o programa/serviço de atendimento dispõe vêm de doação direta de Pessoa Jurídica	1	2,04
v32.8. Os recursos financeiros dos quais o programa/serviço de atendimento dispõe vêm de outros	2	4,08
Total	49	100,00

Das 24 entidades cujos entrevistados possuem conhecimento dos seus recursos, 18 foram considerados casos válidos e 6 não informaram sua resposta. Lembrando que a questão permite múltiplas respostas, 17 afirmaram receberem verba do Fundo de Assistência Social – FAS – e, em contraposição, somente 2 contaram com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA (Teresina, Porto Velho). Vale pontuar que outros fundos estiveram presentes no questionário, como opção para marcação, mas não foram assinalados como o Fundo Nacional Antidrogas, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Fundo Nacional da Saúde.

TABELA 10		
PERGUNTA 33: A ENTIDADE RECEBE RECURSOS DOS FUNDOS ¹¹	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v33.1. O programa/serviço recebeu recursos financeiros do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA)	2	10,5
v33.2. O programa/serviço recebeu recursos financeiros do Fundo da Assistência Social (FAS)	17	89,5

Na época da pesquisa no âmbito da Política de Assistência Social, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA – e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC – ofertados pelos CREAS estavam sendo cofinanciados com recursos federais por meio do Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC acrescido do Piso Fixo de Média Complexidade III – PFMC III – nos termos da Portaria MDS N° 843/2010.

Os valores de referência para o cofinanciamento federal do Piso Fixo de Média Complexidade consideravam o porte e o nível de habilitação na gestão do SUAS dos municípios e do Distrito Federal, de acordo com a NOB SUAS 2005. Vale destacar que a norma definia o cofinanciamento para municípios com população superior a 50.000 habitantes e os municípios com população igual ou inferior a 50.000 habitantes, desde que observados os critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartites.

Já o cofinanciamento por meio do Piso Fixo de Média Complexidade III era para grupos de 40 adolescentes – à época no valor de R\$ 2.200,00 por grupo – considerado um quantitativo mínimo de 10 adolescentes para início de um novo financiamento. A Resolução 109 do CNAS de 2009 que trata da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais orienta sobre a organização do serviço.

No âmbito da assistência, o repasse de recursos se dá por meio de transferências automáticas entre os fundos especiais e não mais mediante convênios.

11 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela questão 33.pdf

Souza, Rosimere de; Lira, Vilnia Batista. *Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade*. Rio de Janeiro: IBAM/DES; Brasília: SPDCA/SEDH, 2008.

MÓDULO II - PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Bloco 3 - Identificação do Programa de Atendimento

Este módulo está estruturado em 3 blocos nos quais se buscou abordar informações sobre a quantidade de programas/serviços por entidade gestora; ano de funcionamento; inscrição dos Programas no CMDCA; metas de atendimento; atividades desenvolvidas; existência de instrumentos de formalização/regulamentação do atendimento; existência de capacitação; perfil dos profissionais; rotinas de monitoramento e avaliação; articulações e redes criadas para viabilizar o atendimento; limites geográficos do atendimento; comunicação entre entes e gestores; quantidade de unidades; condições de atendimento (espaço físico); capacitação da equipe; perfil profissional da equipe; tempo da equipe no atendimento; problemas que incidem sobre o atendimento; existência de orientador socioeducativo; dinâmica de desenvolvimento e características do PIA; articulação; perfil dos adolescentes atendidos; e atendimento especializado a deficientes e dependentes de álcool ou substâncias psicoativas.

Quantidade de programas/serviços por entidade gestora

As entidades gestoras de atendimento são responsáveis por um total de 31 programas, cuja nomenclatura é bastante variável, com predominância (cerca de 50%) dos Serviços de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA –, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC –, Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (5) e outros nomes que se confundem, muitas vezes, com a própria estrutura institucional ou que apenas reproduzem, pela redundância, a medida em si (Central de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – CMSE –, Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS –, Divisão e Acompanhamento de Medidas Socioeducativas, Liberdade Assistida, Medidas em Meio Aberto, Pólo UNAMA de Liberdade Assistida, Pólo Yvon Costa de LAC). Esse assunto merece ser aprofundado para que se compreenda, para além de uma questão semântica, como está estruturado cada um desses arranjos que se mostra de forma diversificada.

Ano de funcionamento dos Programas

Parcela significativa (9) começou a funcionar, tal como estruturado no ano de 2010, sendo que foi em meados da mesma década que os programas começaram a ser criados. Este aumento pode ser explicado a partir do incentivo oferecido aos municípios com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social. Observou-se que uma das primeiras entidades a assumir as medidas em meio aberto começou a funcionar em 1996 (Unama/Belém). Em 1998,

2001 e 2002 também foi institucionalizado um programa em cada. A partir de 2005, verificou-se maior adesão à municipalização. Neste ano foram criados 4, e entre 2006 a 2009, três por ano foram organizados. Já nos dois últimos anos (2011 e 2012), um programa por ano iniciou seu funcionamento, como se verifica no gráfico a seguir.

TABELA 11	
ANO DE INICIO DE FUNCIONAMENTO	Nº DE PROGRAMAS
1996	1
1998	1
2001	1
2002	1
2005	4
2006	3
2007	3
2008	3
2009	3
2010	9
2011	1
2012	1
Total	31

Ano de início de funcionamento do programa como está estruturado hoje.

Inscrição dos Programas no CMDCA

Dos programas identificados, 20 são inscritos no CMDCA. Ainda que alguns (6) não saibam indicar o ano, cerca de 4 o fizeram em 2005. Já no ano de 2010, somente um foi inscrito e, nos dois anos seguintes, um por ano. Conclui-se que dos programas que iniciaram seu funcionamento em 2010, poucos estão inscritos no Conselho.

TABELA 12		
PERGUNTA 57: O PROGRAMA É INSCRITO NO CMDCA?	N (FREQUÊNCIA)	%
Sim	20	64,52
Não	11	35,48
Total	31	100,00

TABELA 13		
PERGUNTA 57: ANO DA INSCRIÇÃO NO CMDCA	N (FREQUÊNCIA)	%
Estão inscritos, mas não sabem informar o ano da inscrição	6	30,00
2004	2	10,00
2005	4	20,00
2006	1	5,00
2008	2	10,00
2009	2	10,00
2010	1	5,00
2011	1	5,00
2012	1	5,00
Total	20	100,00

TABELA 14	
ANO DE INSCRIÇÃO NO CMDCA	Nº DE PROGRAMAS
2004	2
2005	4
2006	1
2007	1
2008	2
2009	2
2010	1
2011	1
2012	1
Total	15

Especificações do ano de inscrição do Programa de Atendimento no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Metas de atendimento

Um aspecto importante para a política de atendimento refere-se à meta de atendimento. Do total de 31 programas identificados, 9 respondentes souberam dizer o total das metas previstas para o programa de atendimento no ano de 2011. Contudo, somente 2 souberam especificar a meta de PSC, 2 de LA e 3 de LAC.

TABELA 15			
PERGUNTA 58: OS QUE RESPONDERAM EXISTIR META DE ATENDIMENTO POR MEDIDA E TOTAL	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS	% CASOS
v58.1. Sabe qual foi a meta de atendimento de PSC prevista para o programa de atendimento no ano de 2011	2	12,50	20,00
v58.2. Sabe qual foi a meta de atendimento de LA prevista para o programa de atendimento no ano de 2011	2	12,50	20,00
v58.3. Sabe qual foi a meta de atendimento de LAC prevista para o programa de atendimento no ano de 2011	3	18,75	30,00
v58.4. Sabe qual foi o total das metas previstas no programa de atendimento no ano de 2011	9	56,25	90,00
Total	16	100,00	160,00

Sobre os atendimentos realizados no ano de 2011, vale salientar que essa questão não se relaciona com a especificação da meta de atendimento abordada na pergunta anterior, pois muitos gestores alegaram não existir uma meta específica para o atendimento das Medidas Socioeducativas – MSEs. Segundo os mesmos, deve-se atender a toda demanda do serviço/ programa, sem a necessidade de realizar estimativas de atendimentos. Vale analisar que, ao mesmo tempo em que a ausência de meta associa-se à possibilidade de universalização do serviço, pode também se tornar indicativo de uma estrutura de atendimento pouco sólida em razão do escasso planejamento.

Dito isto, verificou-se que 6 respondentes indicaram o número de adolescentes atendidos por PSC e LA aplicadas cumulativamente no ano de 2011. Ainda notou-se que 6 souberam especificar o número de adolescentes atendidos por PSC, 6 por LA e 3 por LAC.

TABELA 16

PERGUNTA 59: CONHECE O NÚMERO DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NO PROGRAMA DE ATENDIMENTO EM 2011?	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS	% CASOS
v59.1. Sabe o número de adolescentes atendidos por PSC no programa de atendimento no ano de 2011	6	28,6	66,7
v59.2. Sabe o número de adolescentes atendidos por LA no programa de atendimento no ano de 2011	6	28,6	66,7
v59.3. Sabe o número de adolescentes atendidos por LAC no programa de atendimento no ano de 2011	3	14,3	33,3
v59.4. Sabe o número de adolescentes atendidos por PSC e LA aplicada cumulativamente no programa de atendimento no ano de 2011	6	28,6	66,7
Total	21	100,00	233,3

Atividades desenvolvidas

Uma preocupação central da pesquisa foi identificar e compreender quais as atividades desenvolvidas nos Programas e onde elas são realizadas. Por esta razão, uma pergunta específica sobre o tema foi contemplada em 21 possibilidades de registro, ou procedimentos possíveis, tendo em vista os protocolos previstos nos documentos que orientam o atendimento no âmbito da política de atendimento à criança e ao adolescente e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS –, mais precisamente:

- Resolução 119 de 2006 do CONANDA que instituiu as bases do SINASE e abordou diversos aspectos tais como: a) os princípios e marco legal do Sistema de Atendimento Socioeducativo; b) a organização do SINASE; c) a gestão dos Programas; d) os parâmetros de gestão pedagógica no atendimento socioeducativo; e) os parâmetros arquitetônicos para unidades de atendimento socioeducativo; f) a gestão do Sistema e Financiamento; g) monitoramento e avaliação.
- Resolução 109 de 2009 do CNAS que institui a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade abordando sobre os seguintes aspectos: a) descrição do serviço; b) usuários, c) objetivos; d) provisões; trabalho social essencial aos serviços; e) aquisição dos usuários; f) condições e forma de acesso; g) período de funcionamento; h) redes a serem articuladas; i) abrangências ; j) impacto social esperado.

- Lei N° 12.594 de 2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Esta abordagem permite uma visão abrangente de todo processo de atendimento, ainda que não necessariamente na ordem dos acontecimentos, desde a recepção/acolhida do adolescente; o estudo social do caso; o acompanhamento da participação da família na execução da medida; o diagnóstico socioeconômico; a articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos; a orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais em áreas específicas (profissionalização/capacitação para o trabalho, saúde, esporte e lazer, cultura, educação, trabalho e renda); mobilização para o exercício da cidadania; elaboração de relatórios e/ou prontuários.

É possível afirmar que, em geral, os respondentes assinalaram grande parte das atividades listadas, como será visto a seguir, o que permite inferir que os procedimentos encontram-se incorporados na dinâmica do atendimento em especial quando vinculados à Assistência Social que já padronizou o atendimento. Tais estruturas, se bem articuladas, permitem melhor desenvolvimento na prática de monitoramento e avaliação no âmbito da gestão, bem como garantir ao/à adolescente um atendimento compatível com os preceitos legais e direitos.

Vejamos alguns resultados:

- É possível afirmar que a **recepção/acolhida** é uma prática já incorporada por todos os Programas, sendo realizada tanto nas unidades de serviço responsáveis (CREAS), quanto nas unidades parceiras.
- Do total de 31 Programas identificados na pesquisa, 20 realizam a atividade de recepção/acolhida nos CREAS, 7 nas unidades parceiras, 2 em outros locais e 2 tanto no CREAS, quanto nas unidades parceiras ou em outros locais. Sob esse aspecto, é possível afirmar que o CREAS reafirma-se como principal unidade de atendimento para o cumprimento das medidas socioeducativas no âmbito do SINASE. Por este, dentre outros motivos, as intersecções entre os Sistemas SINASE e SUAS se tornam estratégicas e requerem atenção para a gestão do Sistema. Ainda assim, vale lembrar, como já destacado por Souza e Lira, os conceitos de proteção social especial se diferenciam em uma (direitos da assistência social) e outra política (direitos da criança e do adolescente):

[...] a noção de proteção especial para a política de assistência parte do nível de complexidade das situações de vulnerabilidade. E no caso da política de atendimento à criança e ao adolescente com base no que dispõe o ECA entende-se que proteção social é inerente à condição etária e humana do segmento ao qual se destina (2008, pp. 41-43).

- No caso específico dessa questão relacionada à recepção/acolhida, muitos gestores entenderam como entidades “parceiras” o Juizado ou o Núcleo Integrado de Atendimento, e, como “outros locais”, a própria comunidade onde vivem os adolescentes.

TABELA 17		
PERGUNTA 60.1: LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE RECEPÇÃO/ACOLHIDA	N (FREQUÊNCIA)	%
sim, somente na unidade de serviço (CREAS)	20	64,52
sim, tanto na unidade quanto nas parceiras	7	22,58
sim, em outros locais	2	6,45
sim, em outros locais + CREAS e/ou parceiras	2	6,45
Total	31	100

- Em todos os programas são realizadas atividades de **acompanhamento das famílias dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas**, cabendo observar que este acompanhamento, se realiza na maioria das vezes (19) nos CREAS e nas unidades parceiras (10). O importante a assinalar é a participação da família como um dos princípios que orienta as medidas socioeducativas, conforme expresso pelo SINASE. Por sua vez, a matricialidade familiar é estruturante para a política de assistência social.

TABELA 18		
PERGUNTA 60.3: LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE ACOMPANHAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA EXECUÇÃO DA MEDIDA PELO ADOLESCENTE	N (FREQUÊNCIA)	%
sim, somente na unidade de serviço (CREAS)	19	61,29
sim, tanto na unidade quanto nas parceiras	10	32,26
sim, em outros locais	1	3,23
sim, em outros locais + CREAS e/ou parceiras	1	3,23
Total	31	100

- As atividades de **informação, comunicação e defesa de direitos, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais na área de saúde e monitoramento do atendimento feito aos adolescentes pela rede de serviços locais para os quais foi encaminhado** foram indicadas por todos os gestores dos 31 Programas identificados.
- Acrescentam-se ainda que 30 programas disseram desenvolver as seguintes atividades, independente do local onde são realizadas: **articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos; articulação da rede de serviços socioassistenciais; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais na**

área de profissionalização/capacitação para o trabalho; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais nas áreas de educação e de trabalho e renda; realização de oficinas, encontros, reuniões com os familiares; elaboração de relatórios e/ou prontuários e mobilização para o exercício da cidadania (29).

- Com pequenas variações (cerca de 10 pontos percentuais), a grande maioria das atividades aqui destacadas é realizada no CREAS ou tanto neste quanto nas entidades parceiras. Esses aspectos foram aprofundados na pesquisa qualitativa embora os dados apresentados indiquem, segundo os gestores dos Programas, o processo em curso da municipalização do atendimento, a descentralização político-administrativa e a utilização do máximo possível de serviços na comunidade e responsabilização das políticas setoriais pelo atendimento aos adolescentes, conforme o preceito da incompletude institucional (Art. 86 do ECA e cf. Souza e Lira, 2008, p. 46).
- **O estudo social do caso** foi indicado como uma prática recorrente, sendo realizado em 28 dos programas e, majoritariamente (20), pelas equipes dos CREAS ou neste e nas unidades parceiras (7), o que destaca mais uma vez o papel dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social.
- Igualmente, o **diagnóstico socioeconômico e a construção, execução e monitoramento de plano individual e familiar de atendimento** caracterizam-se como uma prática incorporada por 28 dos Programas, sendo realizados, como nos demais casos, majoritariamente nos CREAS (21, no caso do PIA) e nas unidades parceiras ou em outros locais.

TABELA 19

PERGUNTA 60.2: LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE ESTUDO SOCIAL DO CASO	N (FREQUÊNCIA)	%
sim, somente na unidade de serviço (CREAS)	20	64,52
sim, tanto na unidade quanto nas parceiras	7	22,58
sim, em outros locais	1	3,23
não	3	9,68
Total	31	100

TABELA 20		
PERGUNTA 60.4: LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	N (FREQUÊNCIA)	%
sim, somente na unidade de serviço (CREAS)	19	61,29
sim, tanto na unidade quanto nas parceiras	5	16,13
sim, em outros locais	4	12,90
não	3	9,68
Total	31	100

TABELA 21		
PERGUNTA 60.6: LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE PLANO INDIVIDUAL E FAMILIAR DE ATENDIMENTO	N (FREQUÊNCIA)	%
sim, somente na unidade de serviço (CREAS)	21	67,74
sim, tanto na unidade quanto nas parceiras	5	16,13
sim, em outros locais	1	3,23
não	3	9,68
sim, em outros locais + CREAS e/ou parceiras	1	3,23
Total	31	100

- A orientação e encaminhamento para a rede de serviços locais nas áreas de **esporte e lazer** e de **cultura** foi indicada, cada uma, por 28 respondentes, o que sugere serem essas áreas as de menor articulação, se comparadas as de saúde (31) e educação (30).
- Tanto a **divulgação do Programa de atendimento na comunidade** quanto as **Oficinas, encontros, reuniões com as comunidades de residência dos/as adolescentes** encontram-se entre as atividades menos realizadas (respectivamente, 25 e 24) o que evidencia o desafio de atuação junto às próprias comunidades onde os/as adolescentes e familiares vivem e, por conseguinte, a articulação junto aos grupos sociais.

TABELA 22

ATIVIDADES MAIS DESENVOLVIDAS, INDEPENDENTE DO LOCAL ONDE SÃO REALIZADAS (MAIOR NÚMERO DE SIM)	N (FREQUÊNCIA)	%
Recepção/Acolhida	31	100,00
Acompanhamento da participação da família na execução da medida pelo adolescente	31	100,00
Informação, comunicação e defesa de direitos	31	100,00
Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais na área de saúde	31	100,00
Monitoramento do atendimento feito aos adolescentes rede de serviços locais para os quais foi encaminhado	31	100,00
Articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos	30	96,77
Articulação da rede de serviços socioassistenciais	30	96,77
Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais na área de profissionalização / capacitação para o trabalho	30	96,77
Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais nas áreas de educação	30	96,77
Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais nas áreas de trabalho e renda	30	96,77
Oficinas, encontros, reuniões com os familiares	30	96,77
Elaboração de relatórios e/ou prontuários (1 sem informação)	30	96,77
Mobilização para o exercício da cidadania	29	93,55
Estudo social do caso	28	90,32
Diagnóstico socioeconômico	28	90,32
Construção, execução e monitoramento de plano individual e familiar de atendimento	28	90,32
Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais nas áreas de esporte e lazer	28	90,32
Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais nas áreas de cultura	28	90,32
Divulgação do Programa de atendimento na comunidade	25	80,65
Oficinas, encontros, reuniões com as comunidades de residência dos/as adolescentes.	24	77,42

Bloco 4 - Funcionamento Interno

Uma dimensão de análise importante no âmbito da pesquisa refere-se à caracterização do funcionamento interno do Programa.

Existência de instrumentos de formalização/regulamentação do atendimento

Embora 15 respondentes tenham indicado que os Programas não possuem instrumentos que formalizem a sua existência, os demais (13) indicaram a existência de pelo menos um documento nesta direção. Ainda que bastante variados, os principais documentos citados foram: resolução de órgãos colegiados do Executivo (4), uma lei (3), um decreto (2), uma portaria (2) entre muitos outros tipos (10).

TABELA 23			
PERGUNTA 61: INSTRUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DO PROGRAMA	N (FREQUÊNCIA)	%	% VÁLIDA
Não possuem instrumento de formalização	15	48,39	53,57
Possuem instrumento de formalização	13	41,94	46,43
Total	28	90,32	100,00
Não informaram se possuem ou não	3	9,68	
Total geral	31	100,00	

TABELA 24			
PERGUNTA 61: TIPO DE INSTRUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DO PROGRAMA	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS	% CASOS
v61.1. Uma portaria é o instrumento local que formaliza a existência do programa de atendimento	2	9,52	10,00
v61.2. Um decreto é o instrumento local que formaliza a existência do programa de atendimento	2	9,52	10,00
v61.3. Uma resolução de órgãos colegiados do Executivo é o instrumento local que formaliza a existência do Programa de Atendimento	4	19,05	20,00
v61.4. Uma lei é o instrumento local que formaliza a existência do Programa de Atendimento	3	14,29	15,00
v61.5. Um outro instrumento local formaliza a existência do Programa de Atendimento	10	47,62	50,00
Total	21	100	105

Dos 13 entrevistados que apontaram algum instrumento de formalização da existência do Programa, a maioria (6) data do ano de 2009. Os baixos percentuais, por ano, indicam 1996, como data da primeira formalização, a seguir, em 2000 e 2004 e, a partir deste ano duas formalizações por ano (2005 e 2006). Nos últimos três anos (2010, 2011 e 2012) apenas uma formalização por ano foi registrada. Neste momento, torna-se importante associar tais indicadores à pergunta 56, ano de início de funcionamento do programa.

TABELA 25	
ANO DE FORMALIZAÇÃO DO PROGRAMA	Nº DE PROGRAMAS
1996	1
2000	1
2004	1
2005	1
2006	4
2007	3
2009	3
2010	3
2011	3
2012	9
Total	31

Ano do instrumento que formaliza o Programa de Atendimento.

Considerando a ocorrência de 15 programas aqui considerados serem de fato serviços de atendimento da política de assistência social, vale chamar a atenção para o fato de que, no âmbito da Política de Assistência Social, a implementação dos serviços se dá por meio de adesões aos Termos de Aceite, e não da imposição legal com a edição de decretos e leis. Entende-se nesta área que a LOAS – atualizada com a aprovação da Lei do SUAS (Lei 12.436 de 2011) – já define os serviços a serem ofertados nos dois níveis de proteção em todo o país, conforme características da territorialidade.

Por exemplo, no ano de 2010 a Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social – SNAS/MDS – dispôs na Instrução Operacional N° 3/2010 sobre as orientações do preenchimento do Termo de Aceite, em conformidade com a Resolução 07 de junho de 2010 da Comissão Intergestores Tripartite, na qual eram definidas as alternativas e os quantitativos de cada município ou do DF, para a oferta de alguns serviços, entre eles o de atendimento às medidas socioeducativas com recursos do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas. O Termo de Aceite poderia ser acessado por municípios

com população superior a 50.000 habitantes ou com população inferior a este quantitativo, desde que tenham informado no Censo SUAS de 2009 que já ofertavam o serviço para o qual solicita apoio financeiro.

Existência de capacitação para a equipe

Considerando a importância das atividades de **capacitação ou ações educativas** pontuais para a equipe técnica foi perguntado aos gestores sobre a existência de tais atividades nos últimos seis meses e os seus temas. A maioria (27) respondeu positivamente sobre a sua realização, sendo os temas mais abordados os seguintes: Estatuto da Criança e do Adolescente (20), SINASE (20) e PIA (20); o uso de drogas (19); a violência em geral (17); a família (16) e os direitos humanos e cidadania (16); a PNAS e o SUAS (14). Destacamos que as alternativas de temas foram consolidadas a partir do que se considera prioritário para a Política de Capacitação no âmbito do SUAS e na grade de capacitação sobre o SINASE adotada pela Secretaria de Direitos Humanos. As entidades que declararam não terem realizado nenhuma capacitação da equipe técnica foram o Centro Espírita Yvon Costa/Belém, Maceió e Manaus.

TABELA 26			
PERGUNTA 63: REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA A EQUIPE TÉCNICA NOS ÚLTIMOS SEIS MESES ¹²	N (FREQUÊNCIA)	%	% VÁLIDA
Sim	27	87,10	90,00
Não	3	9,68	10,00
Total	30	96,77	100
Não prestou a informação	1	3,23	
Total geral	31	100	

12 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela cruzamento questões 63-107.pdf

TABELA 27

PERGUNTA 64: TEMAS TRABALHADOS NA CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA NOS ÚLTIMOS 6 MESES	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS	% CASOS
v64.1. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	20	8,93	74,07
v64.2. A violência em geral foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	17	7,59	62,96
v64.3. A violência intrafamiliar foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	12	5,36	44,44
v64.4. A violência na escola foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	10	4,46	37,04
v64.5. O abuso sexual foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	12	5,36	44,44
v64.6. A exploração sexual foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	12	5,36	44,44
v64.7. O uso de drogas foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	19	8,48	70,37
v64.8. Os direitos humanos e cidadania foram temas trabalhados nas capacitações / ações educativas pontuais	16	7,14	59,26
v64.9. O SINASE foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	20	8,93	74,07
v64.10. Os direitos sexuais e reprodutivos foram temas trabalhados nas capacitações / ações educativas pontuais	6	2,68	22,22
v64.11. A saúde mental foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	11	4,91	40,74
v64.12. O Plano Individual de Atendimento (PIA) foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	20	8,93	74,07
v64.13. A família foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	16	7,14	59,26
v64.14. A gestão foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	7	3,13	25,93
v64.15. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS e SUAS –foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	14	6,25	51,85
v64.16. Outros foi um tema trabalhado nas capacitações / ações educativas pontuais	12	5,36	44,44
Total	224	100	829,6296

Ainda sobre este tema vale destacar a pergunta específica sobre o **Curso de Formação Continuada do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** (realizado com apoio da SDH/PR), do qual 18 respondentes indicaram a participação de algum componente da equipe técnica. A soma de todo o quantitativo relatado pelos gestores foi de 144 profissionais capacitados, no âmbito dos 31 Programas. Com uma média de dez componentes por Programa.

TABELA 28		
PERGUNTA 65: PARTICIPAÇÃO DE ALGUM COMPONENTE DA EQUIPE NO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO SINASE	N (FREQUÊNCIA)	%
Sim	18	58,06
Não	13	41,94
Total	31	100

TABELA 29	
NÚMERO MÉDIO DE COMPONENTES DA EQUIPE QUE PARTICIPOU DA FORMAÇÃO CONTINUADA SINASE EM 2011	10,29
Número mediano de componentes da equipe que participou da formação continuada SINASE em 2011	3
Número mínimo de componentes da equipe que participou da formação continuada SINASE em 2011	1
Número máximo de componentes da equipe que participou da formação continuada SINASE em 2011	50
Soma total do número de componentes da equipe que participou da formação continuada SINASE em 2011	144

Perfil dos profissionais que compõem a equipe técnica de atendimento nos Programas

No que concerne à formação profissional da equipe, cabe notar que os profissionais coordenadores dos Programas têm, predominantemente, formação em Serviço Social (13) e Psicologia (8), entre outras (pedagogia, direito, administração, sociologia).

TABELA 30

PERGUNTA 67: QUAL A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO COORDENADOR/DIRETOR DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO?	N (FREQUÊNCIA)	%	% VÁLIDA
Pedagogo	2	6,45	6,90
Advogado	1	3,23	3,45
Assistente Social	13	41,94	44,83
Psicólogo	8	25,81	27,59
Outros	5	16,13	17,24
Total	29	93,55	100
Não prestou a informação	2	6,45	
Total geral	31	100	

Rotinas e ou sistemas de monitoramento e avaliação (M & A)

Com relação ao **monitoramento e avaliação**, é conhecida a pertinência destas ferramentas nos processos de gestão de serviços sociais, motivo pelo qual esta questão foi abordada na pesquisa. As respostas apontam para a existência de um sistema de M&A em 24 Programas, na maioria dos casos com periodicidade mensal (16) para a realização de avaliações.

TABELA 31

PERGUNTA 68: EXISTE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO?	N (FREQUÊNCIA)	%
Sim	24	77,42
Não	7	22,58
Total	31	100

TABELA 32

PERGUNTA 69: QUAL A PERIODICIDADE PREVISTA PARA A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO?	N (FREQUÊNCIA)	%
Mensal	16	66,7
Trimestral	1	4,2
Semestral	5	20,8
Anual	2	8,3
Total	24	100

Nos últimos seis meses, 24 gestores informaram que foi realizada alguma avaliação, sendo os principais participantes técnicos dos programas de atendimento (13), gestores do sistema socioeducativo (12) e técnicos das organizações parceiras (9). Essa informação também se confirmou na pergunta sobre os agentes presentes na última avaliação realizada. Foi informado por 9 respondentes que a equipe externa e interna participou e 8 relataram que somente a equipe interna do programa está a frente desta atividade.

TABELA 33		
PERGUNTA 70: NOS ÚLTIMOS SEIS MESES, FOI FEITA ALGUMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO?	N (FREQUÊNCIA)	%
Sim	21	87,5
Não	3	12,5
Total	24	100,00

TABELA 34			
PERGUNTA 71: TRÊS PRINCIPAIS AGENTES PARTICIPANTES DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO REALIZADA PELO PROGRAMA ¹³	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS	% CASOS
Técnicos do Programa de Atendimento	13	18,84	61,90
Gestores do sistema socioeducativo	12	17,39	57,14
Técnicos das organizações parceiras	9	13,04	42,86

TABELA 35		
PERGUNTA 72: QUEM REALIZOU A ÚLTIMA AVALIAÇÃO?	N (FREQUÊNCIA)	%
equipe interna do Programa de Atendimento	8	38,10
equipe externa ao programa	2	9,52
equipe interna e externa	9	42,86
outro	2	9,52
Total	21	100

Entre os instrumentos utilizados na última avaliação destacam-se a sistematização de registros administrativos (14), o questionário (8) e o grupo focal (7). Já os resultados da avaliação, segundo informado, são usados pela equipe para ajustes do Programa de Atendimento (21), bem como para ampliação de recursos e apoio (10).

13 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela questão 71.pdf

TABELA 36		
PERGUNTA 73: INSTRUMENTOS UTILIZADOS ÚLTIMA AVALIAÇÃO	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v73.1. Grupo focal foi um instrumento usado na última avaliação	7	18,92
v73.2. Questionário foi um instrumento usado na última avaliação	8	21,62
v73.3. Sistematização de registros administrativos foi um instrumento usado na última avaliação	14	37,84
v73.4. Outro instrumento foi usado na última avaliação	8	21,62
Total	37	100

TABELA 37		
PERGUNTA 74: USO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v74.1. Os resultados da avaliação são usados pela equipe de ajustes do Programa de Atendimento	21	56,76
v74.2. Os resultados da avaliação são usados para divulgação externa	4	10,81
v74.3. Os resultados da avaliação são usados para ampliação de recursos e apoios	10	27,03
v74.4. Os resultados da avaliação são usados por / para outros	2	5,41
Total	37	100

Por último, cabe destacar que quanto ao acompanhamento de egressos, 19 dos respondentes informaram que esta atividade não acontece, o que demonstra uma fragilidade do acompanhamento dos adolescentes após encerramento do cumprimento da medida.

TABELA 38		
PERGUNTA 75: O PROGRAMA DE ATENDIMENTO DESENVOLVE ATIVIDADE DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS?	N (FREQUÊNCIA)	%
sim	12	38,71
não	19	61,29
Total	31	100

Bloco 5 - Funcionamento Externo

Articulações e redes criadas para viabilizar o atendimento

Tão importante quanto a compreensão do funcionamento interno do Programa é apreender as articulações e redes criadas para viabilizar o atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, segundo os princípios do SINASE, especialmente no contexto previsto de municipalização o que requer uma visão sistêmica. O SINASE, situado no interior do Sistema de Garantia de Direitos – SGD –, dialoga, obrigatoriamente, com as demais políticas públicas e sociais: educação, segurança pública e justiça, assistência social, saúde, cultura, esporte, lazer, entre outros. O programa deve buscar na sua organização institucional, essas articulações e relações de reciprocidade, a partir do suposto que a concretização das ações referentes aos direitos do adolescente será de responsabilidade, também, de cada um dos órgãos da política setorial. As relações extra-institucionais do programa de medida socioeducativa ou a construção de uma rede de parcerias empreendida pelo programa tem como princípio o conceito de incompletude institucional. A concepção que o programa é “incompleto” exige a articulação com uma rede por onde o adolescente irá circular e garantir as suas demandas de modo qualificado e, portanto, o exercício de seus direitos.



No caso, entre as principais instituições com as quais o Programa se articulou, nos últimos seis meses, para viabilizar o atendimento socioeducativo, predominam o Poder Judiciário (28), compreendendo as Varas da Infância e Juventude; o Ministério Público (26); as Secretarias Estaduais, Municipais, ONGs e o Sistema S (SEBRAE, SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESI, SESC, SEST), cada um com 25 registros do total na pesquisa. O Conselho Tutelar (24) e a Defensoria Pública (23) também foram citados como uma das principais articulações.

TABELA 39

PERGUNTA 76: INSTITUIÇÕES COM AS QUAIS O PROGRAMA SE ARTICULOU NOS ÚLTIMOS 6 MESES¹⁴	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS	% CASOS
v76.1. O Programa de Atendimento se articulou com as Secretarias Estaduais	25	7,76	80,65
v76.2. O Programa de Atendimento se articulou com as Secretarias Municipais	25	7,76	80,65
v76.3. O Programa de Atendimento se articulou com os Conselhos Estaduais	11	3,42	35,48
v76.4. O Programa de Atendimento se articulou com os Conselhos Municipais	19	5,90	61,29
v76.5. O Programa de Atendimento se articulou com o Poder Judiciário (Varas da Infância e da Juventude e congêneres)	28	8,70	90,32
v76.6. O Programa de Atendimento se articulou com o Ministério Público	26	8,07	83,87
v76.7. O Programa de Atendimento se articulou com a Defensoria Pública	23	7,14	74,19
v76.8. O Programa de Atendimento se articulou com as Universidades e os Centros de Ensino	19	5,90	61,29
v76.9. O Programa de Atendimento se articulou com as Associações Comunitárias	17	5,28	54,84
v76.10. O Programa de Atendimento se articulou com as Organizações Não Governamentais (nacionais e internacionais)	25	7,76	80,65
v76.11. O Programa de Atendimento se articulou com as Empresas	11	3,42	35,48
v76.12. O Programa de Atendimento se articulou com Sistema S (SEBRAE, SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESI, SEST)	25	7,76	80,65
v76.13. O Programa de Atendimento se articulou com os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente	18	5,59	58,06
v76.14. O Programa de Atendimento se articulou com o Conselho Tutelar	24	7,45	77,42
v76.15. O Programa de Atendimento se articulou com as Entidades Religiosas	21	6,52	67,74
v76.16. O Programa de Atendimento se articulou com Outros	5	1,55	16,13
Total	322	100	1038,71

14 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela questão 76.pdf

Já em relação aos setores com os quais o Programa se articulou, as áreas de saúde, educação, assistência social e profissionalização foram as mais citadas com 29 respostas cada. Além desses, também foram apontados os setores de geração de renda (25) e de lazer (22), seguidos de cultura e esporte, cada um com 19 respostas. Tal tipo de articulação com estes setores já era esperado, tendo em vista a necessidade de encaminhamento para o efetivo atendimento socioeducativo, conforme dispõe a legislação que trata do processo de apuração e execução da medida socioeducativa, mais especificamente do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – e a Lei do SINASE. Porém, vale chamar a atenção para o fato de que a articulação pode, por uma série de fatores que foram aprofundados na pesquisa qualitativa, não resultar necessariamente em encaminhamento e permanência dos adolescentes nos serviços.

TABELA 40

PERGUNTA 77: SETORES COM OS QUAIS O PROGRAMA SE ARTICULOU NOS ÚLTIMOS 6 MESES¹⁵	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v77.1. O Programa de Atendimento se articulou com o setor da Saúde	29	14,22
v77.2. O Programa de Atendimento se articulou com o setor da Educação	29	14,22
v77.3. O Programa de Atendimento se articulou com o setor da Assistência Social	29	14,22
v77.4. O Programa de Atendimento se articulou com o setor da Cultura	19	9,31
v77.5. O Programa de Atendimento se articulou com o setor do Esporte	19	9,31
v77.6. O Programa de Atendimento se articulou com o setor da Profissionalização	29	14,22
v77.7. O Programa de Atendimento se articulou com o setor do Lazer	22	10,78
v77.8. O Programa de Atendimento se articulou com o setor da Geração de emprego e renda	25	12,25
v77.9. O Programa de Atendimento se articulou com outros setores	3	1,47
Total	204	100

¹⁵ ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela questão 77.pdf

Tendo em vista a integração entre as políticas para prover o atendimento necessário e a importância do alinhamento quanto às orientações para a sua execução, foi perguntado também se o Programa mantém comunicação com gestores/as municipais e estaduais de medidas socioeducativas. Segundo a maioria das respostas (21), a comunicação é mantida com **gestores estaduais** e, em menor número, com os **municipais** (21). Sendo a intensidade desta comunicação, com os primeiros, avaliada como razoável – até uma vez por mês – (15) e pouca – até uma vez por trimestre (10) e, com os segundos, como razoável (10) e muita – pelos menos uma vez por semana (9). Em outras palavras, ainda que a comunicação com os gestores municipais seja menos frequente, ela é mais intensa. Esta questão foi mais aprofundada na pesquisa qualitativa em que se buscou apreender as formas como se praticam esta comunicação, seus objetivos e conteúdos.

TABELA 41

PERGUNTA 78: COMUNICAÇÃO COM GESTORES DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS	% CASOS
v78.1. A coordenação do Programa de Atendimento mantém comunicação com os Gestores Estaduais	28	57,142857	100
v78.2. A coordenação do Programa de Atendimento mantém comunicação com os Gestores Municipais	21	42,857143	75

TABELA 42

PERGUNTA 79: INTENSIDADE DA COMUNICAÇÃO ENTRE PROGRAMA DE ATENDIMENTO E OS GESTORES ESTADUAIS (SOMENTE OS PROGRAMAS QUE TÊM ESSE TIPO DE COMUNICAÇÃO)	N (FREQUÊNCIA)	%
pouca (até uma vez por trimestre)	10	35,71
razoável (até uma vez por mês)	15	53,57
muita (pelo menos uma vez por semana)	2	7,14
não sabe avaliar	1	3,57
Total	28	100,00

TABELA 43

PERGUNTA 80: INTENSIDADE DA COMUNICAÇÃO ENTRE PROGRAMA DE ATENDIMENTO E OS GESTORES MUNICIPAIS (SOMENTE OS PROGRAMAS QUE TÊM ESTE TIPO DE COMUNICAÇÃO)	N (FREQUÊNCIA)	%
pouca (até uma vez por trimestre)	3	13,636364
razoável (até uma vez por mês)	10	45,454545
muita (pelo menos uma vez por semana)	9	40,909091
Total	22	100

Limites geográficos do atendimento

Outro aspecto relevante diz respeito ao atendimento do Programa a adolescentes que residem em outros municípios. Os entrevistados responderam, em sua maioria (21), que nos últimos seis meses não houve qualquer execução dessa natureza. Entre os que afirmaram ter realizado o atendimento para este perfil (10), o número médio foi de 4 adolescentes e a mediana de 3. Em muitos casos o encaminhamento desses adolescentes para as capitais é devido à ausência de programas e serviços de atendimento em meio aberto e da relativa proximidade da capital.

TABELA 44

PERGUNTA 81: NOS ÚLTIMOS SEIS MESES, O PROGRAMA ATENDEU A ADOLESCENTES QUE RESIDEM EM OUTROS MUNICÍPIOS FORA DA CAPITAL?	N (FREQUÊNCIA)	%
sim	10	32,26
não	21	67,74
Total	31	100

TABELA 45

NÚMERO MÉDIO DE ADOLESCENTES ATENDIDOS QUE RESIDEM FORA DO MUNICÍPIO DA CAPITAL	4,12
Número mediano de adolescentes atendidos que residem fora do município da capital	3
Número mínimo de adolescentes atendidos que residem fora do município da capital	1
Número máximo de adolescentes atendidos que residem fora do município da capital	15
Soma total do número de adolescentes atendidos que residem fora do município da capital	33

MÓDULO III - UNIDADES/SERVIÇOS/CREAS

Bloco 6 - Identificação das Unidades

Quantidade de unidades

É determinado que a unidade de atendimento refere-se à base física necessária para a sua organização e funcionamento (cf. Art. 1º, § 4º, da Lei do SINASE). Como já informado, foram identificados pela pesquisa 31 programas de atendimento que reúnem um total de **156 unidades de atendimentos**¹⁶. Deste grupo pode-se inferir que: **73 (46,79%)** são Centros de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS –; **51 (32,69%)** são ONGs; **21 (13,46%)** são entidades governamentais; **5 (3,21%)**, autarquias; **2 (1,28%)** são OS (Organizações Sociais); **1** é entidade privada com fins lucrativos; **1** é fundação, denominada Central de Medidas Socioeducativas em meio Aberto (Salvador, BA); e duas são entidades religiosas (Belém, PA e Teresina, PI).

¹⁶ Com exceção de Fortaleza, que na ocasião da pesquisa encontrava-se em momento de transição na gestão do atendimento e, por isso, não foi aplicado o módulo III do questionário referente a unidades de atendimento.

TABELA 46

PERGUNTA 95: TIPO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	N (FREQUÊNCIA)	%
Organização não governamental sem fim lucrativos	51	32,69
Organizações Sociais (OS)	2	1,28
Organização privada com fins lucrativos	1	0,64
Entidade religiosa	2	1,28
CREAS	73	46,79
Entidade governamental	21	13,46
Autarquia	5	3,21
Fundação	1	0,64
Total	156	100,00

Cabe observar que do total de unidades:

- 50 (32,05%) encontram-se na cidade de São Paulo;
- 14 (8,97%) na cidade do Rio de Janeiro e também em Brasília (8,97%);
- 9 (5,77%) nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre;
- 7 (4,49%) em Manaus;
- 6 (3,85%) em Rio Branco;
- 5 (3,21%) nas cidades de Goiânia, São Luís e Teresina.
- as cidades de Belém, Campo Grande e Vitória contam cada uma com 3 (1,92%) unidades;
- em Cuiabá e em Porto Velho existem duas unidades (1,28%) e em Aracajú, Boa Vista, Florianópolis, João Pessoa, Macapá, Maceió, Natal, Palmas, Recife e, em Salvador somente uma unidade.

Dito de outro modo, as capitais da região Sudeste reúnem quase 50% do total de unidades identificadas no país, o que pode indicar que, nessa região, o processo de municipalização dos programas e da execução do serviço de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto encontra-se melhor aparelhado do que em outras, como é o caso da região Nordeste.

Condições de atendimento (espaço físico)

Cabe agora voltar a atenção para as unidades, serviços e CREAS em que são realizados os atendimentos.

Em termos do espaço físico, verificou-se que:

- Em 144 unidades se considerou a localização de fácil acesso para os usuários;
- Em 125 se considerou que o local tem espaço com privacidade para atendimento individual e entrevistas;
- Em 121 unidades foi assinalado que o local proporciona segurança para os usuários;
- Em 120 delas que o local apresenta conservação e manutenção adequadas.
- Os demais itens avaliados apresentaram menores números de respostas, mas não menos significativos: espaço para atendimento coletivo (118), conservação e manutenção de equipamentos (116) e tamanho adequado para a quantidade de atendidos (103).

TABELA 47	
PERGUNTA 106: ATRIBUTOS DO ESPAÇO FÍSICO DO LOCAL DE ATENDIMENTO (ONDE SE REALIZAM AS ATIVIDADES)	N (FREQUÊNCIA)
v106.1. Localização de fácil acesso para os usuários	144
v106.2. Tem o tamanho adequado para a quantidade de atendidos	103
v106.3. Apresenta conservação e manutenção adequadas	120
v106.4. Apresenta conservação e manutenção de equipamentos (telefone, fax, computador, internet, carro) adequadas	116
v106.5. Tem espaço com privacidade para atendimento individual e visitas	125
v106.6. Tem espaço para atendimento coletivo	118
v106.7. Proporciona segurança para os / as usuários / as	121
Total	847

Capacitação da equipe técnica das Unidades de Atendimento

Tal como perguntado aos Coordenadores dos Programas, os responsáveis pelas unidades também responderam as informações sobre **capacitação da equipe técnica nos últimos seis meses**. Da mesma forma, nesta questão notou-se um quantitativo muito significativo de unidades (135) cujos entrevistados indicaram a realização desta atividade junto à equipe, com destaque para a abordagem dos seguintes temas: SINASE (101), PIA (91) e uso de drogas (89). Vale observar que esses temas também foram recorrentes entre os gestores de Programas, apesar de apresentarem percentual um pouco menor (no máximo 2 p.p.).

TABELA 48

PERGUNTA 107: HOUE CAPACITAÇÃO PARA EQUIPE TÉCNICA NOS ÚLTIMOS SEIS MESES? ¹⁷	N (FREQUÊNCIA)
sim	135
não	21
Total	156

TABELA 49

PERGUNTA 108: TEMAS DA ÚLTIMA CAPACITAÇÃO	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v108.1. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi um tema trabalhado nas capacitações	78	8,47
v108.2. A violência em geral foi um tema trabalhado nas capacitações	64	6,95
v108.3. A violência intrafamiliar foi um tema trabalhado nas capacitações	57	6,19
v108.4. A violência na escola foi um tema trabalhado nas capacitações	25	2,71
v108.5. O abuso sexual foi um tema trabalhado nas capacitações	45	4,89
v108.6. A exploração sexual foi um tema trabalhado nas capacitações	45	4,89
v108.7. O uso de drogas foi um tema trabalhado nas capacitações	89	9,66
v108.8. Os direitos humanos e cidadania foram temas trabalhados nas capacitações	60	6,51
v108.9. O SINASE foi um tema trabalhado nas capacitações	101	10,97
v108.10. Os direitos sexuais e reprodutivos foram temas trabalhados nas capacitações	20	2,17
v108.11. A saúde mental foi um tema trabalhado nas capacitações	50	5,43
v108.12. O Plano Individual de Atendimento (PIA) foi um tema trabalhado nas capacitações	91	9,88
v108.13. A família foi um tema trabalhado nas capacitações	63	6,84
v108.14. A gestão foi um tema trabalhado nas capacitações	28	3,04
v108.15. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS – e o SUAS foram temas trabalhados nas capacitações	61	6,62
v108.16. Outros foram temas trabalhados nas capacitações	44	4,78
Total	921	100,00

17 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela cruzamento questões 63-107.pdf

Diferente dos gestores de Programas, os responsáveis pelas unidades/serviços e CREAS indicaram em menor número que alguém da equipe técnica participou do **Curso de Formação Continuada do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** (realizado com apoio da SDH/PR) perfazendo um total de 51 participantes, entre as 156 unidades responsáveis. Cabe aqui refletir sobre o alcance do Curso junto a este público.

TABELA 50		
PERGUNTA 109: EM 2011, ALGUM COMPONENTE DA EQUIPE PARTICIPOU DO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO SISTEMA NACIONAL SOCIOEDUCATIVO?	N (FREQUÊNCIA)	%
sim	51	32,48
não	103	65,61
Total	154	98,09
Não prestou a informação	3	1,91
Total geral	157	100,00

Perfil profissional da equipe técnica das Unidades de Atendimento

Quanto ao tipo de formação profissional das equipes, prevalecem os psicólogos (135), assistentes sociais (134) e pedagogos (98). Já entre os coordenadores ou diretores a formação principal é de assistentes sociais (67), psicólogos (43), proporções superiores, porém similares às de coordenadores de Programas.

TABELA 51		
PERGUNTA 111: TIPOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAIS EQUIPE ¹⁸	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v111.1. A equipe da unidade / serviço / CREAS possui pedagogo	98	16,75
v111.2. A equipe da unidade / serviço / CREAS possui advogado	63	10,77
v111.3. A equipe da unidade / serviço / CREAS possui assistente social	134	22,91
v111.4. A equipe da unidade / serviço / CREAS possui psicólogo	135	23,08
v111.5. A equipe da unidade / serviço / CREAS possui educador social	56	9,57
v111.6. A equipe da unidade / serviço / CREAS possui outros	99	16,92
Total	585	100,00

¹⁸ ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela questão 111.pdf

TABELA 52

PERGUNTA 112: QUAL A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO COORDENADOR / DIRETOR DA UNIDADE / SERVIÇO / CREAS?	N (FREQUÊNCIA)	%
Pedagogo	23	14,74
Advogado	5	3,21
Assistente Social	67	42,95
Psicólogo	43	27,56
Outros	18	11,54
Total	156	100,00

Tempo da equipe na Unidade de Atendimento

Cabe observar que o período de permanência dos membros da equipe técnica envolvidos diretamente na execução de medidas socioeducativas é de 2 a 4 anos, em 73 unidades de atendimento. Ainda que 34 respostas indiquem mais de 1 ano a 2 anos, houve uma proporção bastante próxima, 31 que informam a permanência superior a 4 anos. Considerando as mudanças a cada quatro anos em razão das eleições e, o fato de muitas unidades serem ligadas a órgãos públicos, é possível observar que um percentual pequeno das equipes permanece nas unidades, serviços e CREAS. Neste caso, acrescenta-se outro fator, qual seja rotatividade de técnicos, pois muitos são contratados e não servidores de carreira concursados. Ademais, os processos de transição de gestão de entidade também afetam a composição das equipes.

TABELA 53

PERÍODO DE PERMANÊNCIA NA UNIDADE/ SERVIÇO/CREAS	Nº DE INTEGRANTES - EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDOS COM A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS
Inferior a 3 meses	2
De 3 meses a 6 meses	1
Mais de 6 meses a 1 ano	15
Mais de 1 ano a 2 anos	34
Mais de 2 a 4 anos	73
Superior a 4 anos	31

Período de permanência na Unidade/Serviço/CREAS dos membros da equipe técnica envolvidos diretamente na execução das medidas socioeducativas.

Problemas que incidem sobre o atendimento

Também foram identificados no âmbito da pesquisa os principais problemas que influenciam no desenvolvimento das atividades das unidades. Para os últimos seis meses, foram assinaladas as seguintes opções, em maior proporção: precariedade ou insuficiência de uma rede de serviços públicos adequada para encaminhamento do adolescente (93), excesso de burocracia (71) e orçamento insuficiente (70). Os demais problemas arrolados foram marcados em quantidade inferior a 10%.

TABELA 54

PERGUNTA 126: PROBLEMAS QUE TÊM SIDO IDENTIFICADOS COMO OFERECENDO MUITA DIFICULDADE PARA A UNIDADE¹⁹	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v126.1. Precariedade e insuficiência das condições de trabalho (infraestrutura) é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	36	5,71
v126.2. Precariedade ou insuficiência de profissionais (quantitativo) é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	44	6,97
v126.3. Precariedade ou insuficiência de uma rede de serviços públicos adequados para o encaminhamento do adolescente é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	93	14,74
v126.4. Falta de apoio da população local é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	48	7,61
v126.5. Desarticulação interna da equipe para o encaminhamento do adolescente é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	7	1,11
v126.6. Orçamento insuficiente é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	70	11,09
v126.7. Excesso de burocracia é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	71	11,25
v126.8. Precariedade ou insuficiência de articulação com as Secretarias Municipais é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	62	9,83
v126.9. Dificuldade de adesão dos adolescentes à medida socioeducativa é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	48	7,61
v126.10. Baixa participação da família no processo socioeducativo é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	55	8,72
v126.11. MSE aplicada pelo judiciário sem embasamento legal é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	9	1,43
v126.12. Desarticulação do sistema Judiciário e Executivo é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	29	4,60
v126.13. Falta de equipe técnica no judiciário é uma dificuldade encontrada nos últimos 6 meses	44	6,97
v126.14. Outras são as dificuldades encontradas nos últimos 6 meses	15	2,38
Total	631	100,00

19 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela por capital 126.pdf

Existência de orientador socioeducativo

Na aplicação do questionário da pesquisa quantitativa foram identificadas diferentes percepções do que era o orientador, diferentemente de como é previsto no ECA e na Resolução 119 de 2006 do CONANDA, por esse motivo, não foram trabalhados os dados coletados.

O ECA e a Resolução 119 fazem as seguintes referências à figura do orientador.

Segundo o ECA:

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso.

Segundo a Resolução N° 119 de 11 de dezembro de 2006 do CONANDA:

Item 5.2.1.1 Orientador socioeducativo da PSC: são pessoas próprias dos locais de prestação de serviço que estão incumbidas de acompanhar qualitativamente o cumprimento da MSE do adolescente.

Item 5.2.1.2 Orientador comunitário na LAC

1) Na Liberdade assistida Comunitária – LAC –, cada técnico terá sob seu acompanhamento e monitoramento o máximo de 20 orientadores comunitários. Sendo que cada orientador comunitário acompanhará até dois adolescentes simultaneamente.

2) Em se tratando de Liberdade assistida Institucional (LAI), cada técnico acompanhará, simultaneamente, no máximo 20 adolescentes.

Tal investigação foi mais aprofundada na etapa qualitativa da pesquisa com os agentes do sistema de garantia de direitos de cada capital. Segundo os 154 dos respondentes que tinham a informação, 113 afirmaram que contam com a figura do orientador socioeducativo em seus programas e 41 disseram não existir essa função. Em relação ao orientador comunitário, 149 dos casos validos, destes 140 afirmaram não possuir este colaborador, enquanto 9 relataram sua existência. Vale chamar a atenção para o fato de que não existe esta figura entre os profissionais das equipes de referência no âmbito do SUAS, onde está a execução da maior parte dos programas e serviços identificados nesta etapa da pesquisa.

Bloco 7 - Plano Individualizado de Atendimento – PIA

Dinâmica de desenvolvimento e características do PIA

O PIA é uma ferramenta imprescindível, de acordo com as orientações do SINASE, pois se constitui em instrumento pedagógico que organiza dados pessoais e familiares do/a adolescente e as atividades a serem realizadas, entre outros aspectos. Elaborado segundo estudo de caso, com base em análise multidisciplinar, abrange diferentes aspectos, tais como escolarização, saúde, lazer, relações familiares, afetivas, sociais, comunitárias e institucionais, situação jurídica (cf. Souza e Lira, 2008, p.83). Apenas 9 respondentes da pesquisa informaram que o Programa de Atendimento executado pela Unidade/Serviço/CREA não desenvolve o PIA. A maioria (128) o desenvolve para todos adolescentes, e 19 informaram que somente para alguns, conforme se verifica no gráfico abaixo.



Gráfico 1 - v127: Programa de atendimento executado por essa Unidade/Serviço/CREAS desenvolve o Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

Das 147 unidades que informaram desenvolver o PIA, 141 indicaram que os adolescentes participam de sua elaboração e 137 assinalaram que os familiares ou responsáveis pelos adolescentes também participam. Além destes, também foi indicada a participação dos seguintes agentes: equipe técnica da Unidade/Serviço/CREA (93), equipe técnica do Programa de Atendimento (80) e orientadores (53).

TABELA 55

PERGUNTA 127: O PROGRAMA DE ATENDIMENTO EXECUTADO POR ESTA UNIDADE/SERVIÇO/CREAS DESENVOLVE O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA) DO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA²⁰?	N (FREQUÊNCIA)	%
Sim para todos/as	128	82,05
Somente para alguns/algumas	19	12,18
Não	9	5,77
Total	156	100,00

TABELA 56

PERGUNTA 128: QUEM PARTICIPA DA ELABORAÇÃO DO PIA²¹?	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v128.1. Os Adolescentes participam da elaboração do PIA	141	27,22
v128.2. A Equipe Técnica do Programa de Atendimento participa da elaboração do PIA	80	15,44
v128.3. A Equipe Técnica da Unidade/Serviço/CREAS participa da elaboração do PIA	93	17,95
v128.4. Os/as familiares ou responsáveis pelos/as adolescentes participam da elaboração do PIA	137	26,45
v128.5. Os/as orientadores/as participam da elaboração do PIA	53	10,23
v128.6. Outros/as participam da elaboração do PIA	14	2,70
Total	518	100,00

20 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela-capital quest 127.pdf

21 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabelas por capital 128.pdf

Os principais aspectos considerados na elaboração do PIA e assinalados pelos entrevistados foram: medidas específicas de atenção à escolarização (140); objetivos declarados pelo adolescente e previsão das atividades de integração social e/ou capacitação profissional (cada um 138); formas de participação da família para efetivo cumprimento do Plano (135) e medidas específicas de atenção à saúde e atividades de integração e apoio à família (cada um 130). Os aspectos de avaliação interdisciplinar foram os menos indicados (93) ainda que com recorrência significativa.

TABELA 57

PERGUNTA 129: ASPECTOS CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PIA²²	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v129.1. Os resultados da avaliação interdisciplinar são aspectos considerados na elaboração do PIA	93	10,03
v129.2. Os objetivos declarados pelo adolescente são aspectos considerados na elaboração do PIA	138	14,89
v129.3. A previsão das atividades de integração social e/ou capacitação profissional é um aspecto considerado na elaboração da PIA	138	14,89
v129.4. As atividades de integração e apoio à família são aspectos considerados na elaboração do PIA	130	14,02
v129.5. Formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual são aspectos considerados na elaboração do PIA	135	14,56
v129.6. As medidas específicas de atenção à sua saúde são aspectos considerados na elaboração do PIA	130	14,02
v129.7. Medidas específicas de atenção à escolarização são aspectos considerados na elaboração do PIA	140	15,10
v129.8. Outros aspectos são considerados na elaboração do PIA	23	2,48
Total	927	100,00

22 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela por capital das respostas à questão 129.pdf

A avaliação do PIA foi outro aspecto mensurado no questionário aplicado. Das 147 unidades que declaram utilizar o PIA (para todos os atendimentos ou somente para alguns), 49 respondentes indicaram que avaliam o instrumento mensalmente, seguido de avaliações quinzenais e bimestrais, 23 respostas cada, e semanais com 17. Além da periodicidade da avaliação do PIA, identificou-se que em 145 unidades foi informado o uso do relatório do PIA como uma das formas de reavaliação da medida a serem encaminhados para o judiciário. Conclui-se, pelas respostas, que o PIA foi indicado como um instrumento eficaz no acompanhamento do processo socioeducativo por 132 unidades.

TABELA 58

PERGUNTA 130: COM QUE FREQUÊNCIA O PIA É AVALIADO?	N (FREQUÊNCIA)	%
Semanalmente	16	10,9
Quinzenalmente	23	15,6
Mensalmente	49	33,3
Bimestralmente	24	16,3
Trimestralmente	22	15,0
Semestralmente	8	5,4
Não é avaliado	4	2,7
Não respondeu	1	0,7
Total	147	100,00

TABELA 59

PERGUNTA 131: OS RELATÓRIOS PARA A REAVALIAÇÃO DA MEDIDA A SEREM ENCAMINHADOS PARA O JUDICIÁRIO ESTÃO SENDO ELABORADOS COM BASE NO PIA²³?	N (FREQUÊNCIA)	%
Sim	145	98,64
Não	1	0,68
Não são realizados	1	0,68
Total	147	100

23 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela por capital 131.pdf

TABELA 60

PERGUNTA 132: O PIA TEM SIDO UM INSTRUMENTO EFICAZ NO ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO?	N (FREQUÊNCIA)	%
Sim	132	89,80
Não	4	2,72
Não sabe avaliar	10	6,80
Total	146	99,32
Não prestou a informação	1	0,68
Total geral	147	100

Com relação aos principais setores com os quais a unidade/serviço/CREA se articulou nos últimos seis meses para viabilizar o atendimento socioeducativo foram destacados os de educação (154), assistência social (153), profissionalização (150) e geração de trabalho e renda (120). Os demais tiveram incidência menor de 10% (cultura, esporte, lazer). Entre os setores que sempre atendem os adolescentes, a ênfase recaiu também sobre a rede de educação (69), programa de tratamento de substâncias psicoativas (46), serviço de saúde e programa de tratamento de dependência de álcool (cada um 45). Vale pontuar que o encaminhamento por si só pode não implicar em efetivação do atendimento e permanência do adolescente.

TABELA 61

PERGUNTA 133: SETORES EM ARTICULAÇÃO COM A UNIDADE ²⁴	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v133.1. O Programa de atendimento executado por essa unidade/serviço/CREAS se articulou com o Setor de Saúde para viabilizar o atendimento socioeducativo	149	14,61
v133.2. O Programa de atendimento executado por essa unidade/serviço/CREAS se articulou com o Setor de Educação para viabilizar o atendimento socioeducativo	154	15,10
v133.3. O Programa de atendimento executado por essa unidade/serviço/CREAS se articulou com o Setor de Assistência Social para viabilizar o atendimento socioeducativo	153	15,00
v133.4. O Programa de atendimento executado por essa unidade/serviço/CREAS se articulou com o Setor de Cultura para viabilizar o atendimento socioeducativo	97	9,51
v133.5. O Programa de atendimento executado por essa unidade/serviço/CREAS se articulou com o Setor de Esporte para viabilizar o atendimento socioeducativo	97	9,51
v133.6. O Programa de atendimento executado por essa unidade/serviço/CREAS se articulou com o Setor de Profissionalização para viabilizar o atendimento socioeducativo	150	14,71
v133.7. O Programa de atendimento executado por essa unidade/serviço/CREAS se articulou com o Setor de Lazer para viabilizar o atendimento socioeducativo	86	8,43
v133.8. O Programa de atendimento executado por essa unidade/serviço/CREAS se articulou com o Setor de Geração de Trabalho e Renda para viabilizar o atendimento socioeducativo	120	11,76
v133.9. O Programa de atendimento executado por essa unidade/serviço/CREAS se articulou com Outro Setor para viabilizar o atendimento socioeducativo	14	1,37
Total	1020	100,00

24 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela por capital 133.pdf

TABELA 62

PERGUNTA 134: SETORES QUE SEMPRE ATENDEM OS ADOLESCENTES ²⁵	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v134.1. Serviço de Saúde	45	13,55
v134.2. Rede de Ensino	69	20,78
v134.3. Serviço de Geração de Trabalho e Renda	20	6,02
v134.4. Cursos Profissionalizantes	32	9,64
v134.5. Atividades de cultura, esporte e lazer	40	12,05
v134.6. Programa de Tratamento de dependência de álcool	45	13,55
v134.7 Programa de Tratamento de transtorno mental	35	10,54
v134.8. Programa de Tratamento de dependência de substâncias psicoativas (drogas)	46	13,86
Total	332	100,00

Bloco 8 - Perfil dos adolescentes atendidos em unidade/serviço/CREAS pelo programa de atendimento

A última parte do questionário da pesquisa foi dedicada a caracterizar o **perfil dos adolescentes atendidos pela Unidade/Serviço/CREAS**, nos últimos seis meses. Foram solicitados dados, desagregados por sexo, considerando os seguintes aspectos: População Total, Cor ou Raça, Faixas de Renda per capita familiar, Frequência à escola, Faixas etária e Situações específicas dos adolescentes com relação ao cumprimento da Medida Socioeducativa. Contudo, frente à dificuldade de obter esses dados e a inconsistência das informações, a equipe de pesquisa preferiu, por ora, não disponibilizá-los em sua íntegra.

Muitos programas de MSE apresentaram dificuldades e imprecisão nas respostas solicitadas no anexo estatístico da pesquisa (p.135 a p.163), por isso, ponderamos que essas variáveis (e seus possíveis cruzamentos) não devem ser consideradas como parâmetro de análise. Salvo, no caso de avaliar magnitudes, como, por exemplo, a predominância da proporção do sexo masculino sobre o sexo feminino (para cada 10 adolescentes cumprindo MSE, 1 é do sexo feminino). Ademais, os programas pesquisados apresentaram dados com um período de referência distinto entre si, mesmo com a referência do ano de 2011 solicitada na pesquisa. Em resumo, é possível afirmar, com cautela, segundo informado pelos 76,67% dos respondentes que sabem indicar o quantitativo de atendimentos (p. 59), que o número de adolescentes no ano de 2011 é de 18.047. Destes, 10.353 cumprindo LA, 7.611 em PSC, e 83 cumprindo LAC. Em relação aos adolescentes cumprindo cumulativamente LA e PSC foi identificado um total de 12.067, no entanto, apesar das recomendações para desagregação dos dados, este total pode incluir duplicidade de informações e, por isso, não é recomendável somá-los ao total de 18.047.

²⁵ ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela por capital 134.pdf

Os atos infracionais mais frequentes por unidade são: tráfico de entorpecentes (134), roubo (123) e furto (94), seguidos de porte de arma (39) e uso de entorpecentes (37).

TABELA 63

PERGUNTA 164: ATOS INFRACIONAIS MAIS FREQUENTES²⁶	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v164.1. O Tráfico de Entorpecentes está entre os três tipos de atos infracionais mais cometidos, considerando os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de LA e PSC no Programa de Atendimento executado por esta unidade/serviço/CREAS	134	28,63248
v164.2. O Furto está entre os três tipos de atos infracionais mais cometidos, considerando os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de LA e PSC no Programa de Atendimento executado por esta unidade/serviço/CREAS	94	20,08547
v164.3. O Roubo está entre os três tipos de atos infracionais mais cometidos, considerando os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de LA e PSC no Programa de Atendimento executado por esta unidade/serviço/CREAS	123	26,28205
v164.4. A prática de Danos ao Patrimônio Público está entre os três tipos de atos infracionais mais cometidos, considerando os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de LA e PSC no Programa de Atendimento executado por esta unidade/serviço/CREAS	7	1,495726
v164.5. A Lesão Corporal está entre os três tipos de atos infracionais mais cometidos, considerando os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de LA e PSC no Programa de Atendimento executado por esta unidade/serviço/CREAS	15	3,205128
v164.6. O Crime de Ameaça está entre os três tipos de atos infracionais mais cometidos, considerando os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de LA e PSC no Programa de Atendimento executado por esta unidade/serviço/CREAS	4	0,854701
v164;7. O atentado ao Pudor está entre os três tipos de atos infracionais mais cometidos, considerando os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de LA e PSC no Programa de Atendimento executado por esta unidade/serviço/CREAS	2	0,42735
v164.8. O Estupro está entre os três tipos de atos infracionais mais cometidos, considerando os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de LA e PSC no Programa de Atendimento executado por esta unidade/serviço/CREAS	1	0,213675

26 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela por capital 164.pdf

v164.9. O Homicídio está entre os três tipos de atos infracionais mais cometidos, considerando os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de LA e PSC no Programa de Atendimento executado por esta unidade/serviço/CREAS	3	0,641026
v164.10. O Uso de Entorpecentes está entre os três tipos de atos infracionais mais cometidos, considerando os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de LA e PSC no Programa de Atendimento executado por esta unidade/serviço/CREAS	37	7,905983
v164.11. O Porte de Arma está entre os três tipos de atos infracionais mais cometidos, considerando os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de LA e PSC no Programa de Atendimento executado por esta unidade/serviço/CREAS	39	8,333333
v164.12. Outro tipo de ato infracional está entre os três tipos de atos infracionais mais cometidos, considerando os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de LA e PSC no Programa de Atendimento executado por esta unidade/serviço/CREAS	9	1,923077
Total	468	100

No universo de 156 unidades, 37 responderam que nos últimos seis meses da pesquisa receberam algum adolescente com deficiência. Entre essas unidades, 9 atenderam adolescentes com deficiência visual, 21 com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, 11 com deficiência auditiva.

Atendimento especializado a deficientes e dependentes de álcool ou substâncias psicoativas

TABELA 64		
PERGUNTA 165: NOS ÚLTIMOS SEIS MESES, O PROGRAMA DE ATENDIMENTO EXECUTADO NESTA UNIDADE/SERVIÇO/CREAS RECEBEU ALGUM ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA ²⁷ ?	N (FREQUÊNCIA)	%
Sim	37	23,57
Não	117	74,52
Total	154	98,09
Não prestaram a informação	3	1,91
Total geral	157	100,00

²⁷ ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela por capital das respostas à questão 165.pdf

TABELA 65

PERGUNTA 167: TIPO DE DEFICIÊNCIA DO ADOLESCENTE ATENDIDO ²⁸	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v167.1. Nos últimos seis meses, o Programa de Atendimento recebeu adolescentes com deficiência física e/ou mobilidade reduzida	21	51,22
v167.2. Nos últimos seis meses, o Programa de Atendimento recebeu algum adolescente com deficiência auditiva	11	26,83
v167.3. Nos últimos seis meses, o Programa de Atendimento recebeu algum adolescente com deficiência visual	9	21,95
Total	41	100

No mesmo período, 64 unidades responderam que receberam adolescentes com transtorno mental, sendo que, 22 respondentes afirmaram ter recebido somente um caso nos últimos 6 meses.

TABELA 66

PERGUNTA 168: NOS ÚLTIMOS SEIS MESES, O PROGRAMA DE ATENDIMENTO EXECUTADO NESTA UNIDADE/SERVIÇO/CREAS RECEBEU ALGUM ADOLESCENTE COM TRANSTORNO MENTAL ²⁹ ?	N (FREQUÊNCIA)	%
Sim	64	40,76
Não	89	56,69
Total	153	97,45
Não prestaram a informação	4	2,55
Total geral	157	100,00

Nos últimos seis meses da pesquisa, 147 unidades/serviços/CREAS receberam adolescentes com dependência de álcool ou substância psicoativas. Entre as principais substâncias de dependência, destacaram-se maconha (142), álcool (114) e cocaína (114), cigarro (113) e crack (108).

TABELA 67

PERGUNTA 170: NOS ÚLTIMOS SEIS MESES, O PROGRAMA DE ATENDIMENTO EXECUTADO NESTA UNIDADE/SERVIÇO/CREAS RECEBEU ALGUM ADOLESCENTE COM DEPENDÊNCIA DE ÁLCOOL OU SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS? ³⁰	N (FREQUÊNCIA)	%
Sim	147	94,23
Não	9	5,77
Total	156	100

28 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela por capital 167.pdf

29 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela por capital quest 168.pdf

30 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela por capital das respostas à questão 170.pdf

TABELA 68

PERGUNTA 172: SUBSTÂNCIA DE DEPENDÊNCIA ³¹	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v172.1. Nos últimos seis meses, o Programa de Atendimento executado nesta unidade/serviço/CREAS recebeu adolescentes com dependência de álcool	114	17,22054
v172.2. Nos últimos seis meses, o Programa de Atendimento executado nesta unidade/serviço/CREAS recebeu adolescentes com dependência de cigarro	113	17,06949
v172.3. Nos últimos seis meses, o Programa de Atendimento executado nesta unidade/serviço/CREAS recebeu adolescentes com dependência de maconha	142	21,45015
v172.4. Nos últimos seis meses, o Programa de Atendimento executado nesta unidade/serviço/CREAS recebeu adolescentes com dependência de crack	108	16,3142
v172.5. Nos últimos seis meses, o Programa de Atendimento executado nesta unidade/serviço/CREAS recebeu adolescentes com dependência de cocaína	114	17,22054
v172.6. Nos últimos seis meses, o Programa de Atendimento executado nesta unidade/serviço/CREAS recebeu adolescentes com dependência de merla	19	2,870091
v172.7. Nos últimos seis meses, o Programa de Atendimento executado nesta unidade/serviço/CREAS recebeu adolescentes com dependência de anfetamina	4	0,60423
v172.8. Nos últimos seis meses, o Programa de Atendimento executado nesta unidade/serviço/CREAS recebeu adolescentes com dependência de oxi	12	1,812689
v172.9. Nos últimos seis meses, o Programa de Atendimento executado nesta unidade/serviço/CREAS recebeu adolescentes com dependência de outra substância	36	5,438066
Total	662	100

Das unidades/serviço/CREAS que executam o atendimento, 81 utilizam outros serviços especializados para suprir necessidades específicas do/a adolescente com dependência de álcool ou substância psicoativas; 35 possuem local com acessibilidade para suprir a necessidade específica do/a adolescente com deficiência física e, 33 oferecem/realizam acompanhamento psicopedagógico no atendimento ao adolescente com transtorno mental. A opção “outros serviços especializados” refere-se aos serviços da rede pública ou particular para os quais os adolescentes são encaminhados em razão da dependência de álcool e/ou substâncias psicoativas, deficiência e transtorno mental.

31 ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores – tabela por capital 172.pdf

TABELA 69

PERGUNTA 173: TIPO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO	N (FREQUÊNCIA)	% RESPOSTAS
v173.1.O Programa de Atendimento utiliza Local com acessibilidade para adolescentes com deficiência física	35	22,1519
v173.3.O Programa de Atendimento utiliza Audiodescrição para suprir a necessidade específica do/a adolescente com deficiência visual	1	0,632911
v173.4.O Programa de Atendimento utiliza Livro Falado para suprir a necessidade específica do/a adolescente com deficiência visual	1	0,632911
v173.5.O Programa de Atendimento utiliza Intérprete de Língua de Sinais Brasileira para suprir a necessidade específica do/a adolescente com deficiência auditiva	7	4,43038
v173.6.O Programa de Atendimento utiliza Acompanhamento psicopedagógico para suprir a necessidade específica do/a adolescente com transtorno mental	33	20,88608
v173.7.O Programa de Atendimento utiliza outros serviços especializados para suprir a necessidade específica do/a adolescente com deficiência de álcool e/ou substâncias psicoativas	81	51,26582
Total	158	100

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou, através desta etapa quantitativa, traçar um retrato da atual realidade da execução das medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC) nas 27 capitais. Após a recente regulamentação de municipalização deste atendimento, tornou-se necessário conhecer os principais desafios que a gestão municipal encontra no desenvolvimento do processo de socioeducação dos adolescentes autores de ato infracional. Por isso, como já mencionado durante esse relatório, os resultados do levantamento são preliminares e não possuem uma análise profunda e contundente da estrutura de atendimento das capitais observadas. O produto que conterà esta discussão e o exame mais detalhado das nuances do objeto estudado constitui-se tanto do diagnóstico quantitativo, quanto do qualitativo. Mais do que conhecer o que foi afirmado pelos gestores e técnicos que concederam as informações para o questionário desta fase, faz-se imprescindível observar e ouvir todos os agentes envolvidos no sistema de garantia de direitos. A pluralidade das falas dos interlocutores, além dos dados coletados, consiste nos subsídios do aperfeiçoamento da política pública. Isto posto, prioriza-se, neste momento, uma breve conclusão dos resultados encontrados na etapa quantitativa.

No módulo I, sobre as Entidades de Atendimento, foram encontradas 31 instituições que respondiam por este papel nas 27 capitais. Com a maioria de Secretarias Municipais e, apenas 3 Secretarias de Estado, o levantamento demonstrou que o processo de municipalização está avançado nas principais cidades do país. O DF, por razões político-administrativas, não possui esta estrutura, entretanto, notou-se uma preocupação com o tema já que a pasta responsável pelas medidas socioeducativas é a Secretaria de Estado da Criança. Em Porto Velho, embora à época da pesquisa, o estado ainda estivesse à frente desta execução, o município já assumiu tal responsabilidade, do mesmo modo que Manaus e Boa Vista. As especificidades e os desdobramentos deste arranjo estão descritos com mais detalhes no relatório da etapa qualitativa.

Vale destacar a existência de Liberdade Assistida Comunitária (LAC) em duas capitais: em Belém, pelo Centro Espírita Yvon Costa e pela Universidade da Amazônia, e, em Teresina, pela Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social em parceria com a Ação Social Arquidiocesana. Mesmo que a pesquisa não tenha tido a proposta inicial de se debruçar sobre outras medidas socioeducativas, estas experiências revelaram-se exitosas junto aos adolescentes. As descrições desses modelos encontram-se no relatório da etapa qualitativa.

A inscrição das entidades nos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) foi outro aspecto evidente, tendo em vista que 21 instituições declaram o registro nesse órgão. Tal indicador reforça a importância desse espaço deliberativo e consultivo na implementação das políticas públicas.

O último ponto que se salienta neste módulo é a questão dos recursos financeiros que são utilizados no atendimento socioeducativo. Do universo de 31 entidades mapeadas, 24 declararam saber quanto havia sido gasto no atendimento socioeducativo em meio aberto no ano de 2011. Desses que conheciam mais profundamente seus proventos, 13 afirmaram que o montante disponibilizado foi suficiente para a execução das atividades. E, ainda, 13 disseram que tais verbas foram gastas integralmente. A origem dos recursos teve como respostas majoritárias, o Fundo da Assistência Social (FAS) com 17 respondentes e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) com 2 respondentes. Os resultados obtidos com essas questões suscitam a dificuldade dos municípios na captação, utilização e prestação de contas do recurso público. Embora, essa visão não tenha sido demonstrada claramente com as perguntas, o que se pode verificar na prática é a grande urgência desses entes em capacitações para apropriação e conhecimento das possibilidades de emprego dos recursos.

No módulo II, sobre os Programas de Atendimento, foram encontrados 31 arranjos de execução das medidas em meio aberto, inferindo-se assim que cada entidade é responsável por um programa. Entretanto, tendo como base o entendimento de Programa como um conjunto de ações intersetoriais que viabilizam o processo socioeducativo do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, observou-se que poucos contemplam na prática esse

direcionamento. Notou-se que metade dos respondentes identificou o “Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA –, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC” como um programa. Depreende-se daí que a estrutura não está alinhada à perspectiva da Lei do SINASE, e que os programas não existem em metade das capitais. A coordenação e a execução desse serviço estão amparadas pela Assistência Social e, conseqüentemente, sobre grande parte da lógica do SUAS. Todavia, esse assunto merece ser aprofundado para que se compreendam as tensões e as aproximações entre os dois sistemas.

O início da estruturação do atendimento em meio aberto fora da esfera estadual teve seu marco no ano de 1996, com a Unama, em Belém. Pontua-se que esse programa não configura uma municipalização destas medidas, mas sim uma desjudicialização, que será mais detalhada no relatório da etapa qualitativa. O primeiro município a aderir à execução da LA e PSC foi Boa Vista em 1998. Verificou-se que a partir de 2005 houve maior índice de municípios que iniciaram esse serviço e, um ápice em 2010, com 9 programas. Tal cenário pode ser explicado pela homologação da Resolução N° 119 do Conanda, em 2006, que estabeleceu a execução do meio aberto pela esfera municipal, além de outras demandas tais como a tipificação dos serviços em 2009 e o apoio financeiro em 2010 no âmbito do SUAS. A inscrição do programa nos CMDCAs também esteve associada a este mesmo recorte temporal. Dos 20 programas que declaram estar com registro no órgão, 4 iniciaram no ano de 2005.

Sobre os números de atendimentos do programa, observou-se que poucos estabelecem metas para o serviço, porém 6 declararam quantos atendimentos realizaram em PSC, 6 disseram seus números da LA, 3 da LAC e 6 souberam afirmar o número de adolescentes que cumprem LA e PSC, cumulativamente, tendo como referência o ano de 2011. Isto pode indicar que a ausência de metas é decorrente da universalização do serviço, já que segundo relatos dos gestores deve-se atender a toda demanda que chega.

As atividades desenvolvidas no âmbito do programa de atendimento foram outro ponto de investigação da pesquisa. Foram listadas 21 possibilidades de registro, ou procedimentos possíveis, tendo em vista os protocolos previstos nos documentos que orientam a política de atendimento à criança e ao adolescente e do SUAS. Como se verificou, a grande parte dos programas realiza a maioria dessas ações colocadas no questionário, sendo que as unidades de atendimento foram apontadas como local mais recorrente. Tais números denotam e consolidam a visão de que o CREAS é um espaço de acolhimento das demandas da proteção social especial.

Os instrumentos de formalização do programa não são muito frequentes entre os entrevistados. Apenas metade dos gestores declarou a existência de algum documento de formalização do atendimento/programa. Desses, 6 realizaram no ano de 2009, corroborando, mais uma vez, o recorte temporal, já mencionado, ligado à homologação da Resolução N° 119 do Conanda, e o apoio do MDS para implementação do serviço.

Quanto à capacitação da equipe técnica, 27 programas declararam ter realizado algum tipo de curso e/ou oficina nos últimos seis meses. Os três principais temas trabalhados foram o ECA, SINASE, PIA, demonstrando a importância da consolidação da legislação e da ferramenta de acompanhamento do adolescente na prática cotidiana destes profissionais. Ainda sobre essa temática, foi perguntado sobre a participação no Curso de Formação Continuada do SINASE. Do universo levantado, 18 respondentes declararam que membros da equipe participaram da capacitação, sendo 10 a média de profissionais concluintes.

No tocante ao sistema de monitoramento e avaliação, 24 programas responderam contar com rotinas, ferramentas e instrumentos que os auxiliam no aprimoramento do atendimento. Desses, 16 relataram realizar uma avaliação mensal contando, principalmente, com os técnicos e gestores do programa e pessoas ligadas às instituições parceiras. Ainda, notou-se que em 21 programas realizou-se algum tipo de avaliação nos últimos seis meses. Percebeu-se, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, mas que será detalhado no relatório qualitativo, que embora os municípios disponham de metodologias de monitoramento e avaliação do serviço, os resultados não são efetivamente aplicados e compartilhados com os demais agentes do sistema de garantia de direitos. Neste sentido, também se averiguou o acompanhamento de egressos por parte do programa. Apenas em 12 este atendimento é realizado, clarificando a fragilidade das diversas formas de acompanhamento dos desdobramentos das medidas socioeducativas.

Tão importante quanto compreender a dinâmica de funcionamento interno, faz-se imprescindível apreender sobre a articulação externa do programa. Neste contexto, a pesquisa verificou que as principais instituições com as quais os programas se articularam nos seis últimos meses para viabilizar o atendimento foram o Poder Judiciário, o Ministério Público, as Secretarias Municipais, ONGs e o Sistema S. Entre os setores da rede de atendimento, os mais citados foram as áreas de saúde, educação, assistência social e profissionalização. Tal cenário revela a influência de todos os agentes do sistema de garantia de direitos e da intersectorialidade das ações no andamento do processo socioeducativo. É importante reforçar a responsabilidade de cada ente nesse sentido para que não recaia somente ao executivo municipal a obrigação da execução das medidas. Da mesma forma, destaca-se o papel decisivo não só da assistência social, mas das demais áreas na reinserção do adolescente e no acesso à cidadania.

Neste contexto, verificou-se que a comunicação entre os programas de atendimento e as outras secretarias municipais é menos frequente que a articulação com as secretarias estaduais, confirmando a fragilidade da rede municipal de atendimento socioeducativo. Ao mesmo tempo, confirmou-se também uma comunicação mínima entre estado e município com o objetivo de garantir algumas questões, como, por exemplo, o cofinanciamento ou os processos de regressão ou progressão de medida.

Por último, observou-se, nos programas de atendimento, que 10 respondentes atendem adolescentes residentes em outros municípios. Em média, o número de atendidos estabeleceu-se em 4, retratando o problema da falta de atendimento das medidas em meio aberto nos municípios do interior. Uns dos principais motivos dessa transferência da execução é a ausência da LA e da PSC na cidade de origem do adolescente autor de ato infracional.

No módulo III sobre as Unidades de Atendimento foram encontradas 156 espaços de execução das medidas socioeducativas em meio aberto. Deste universo, verificou-se que: 73 (46,79%) são Centros de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS –; 51 (32,69%) ONGs; 21 (13,46%) entidades governamentais; 5 (3,21%) autarquias; 2 (1,28%) OS (Organizações Sociais); 1 entidade privada com fins lucrativos; uma fundação, denominada Central de Medidas Socioeducativas em meio Aberto (Salvador, BA); e duas entidades religiosas (Belém, PA e Teresina, PI).

Observou-se ainda que grande parte das unidades está localizada na região sudeste, indicando um melhor aparelhamento destas capitais para a atender a demanda, que também está concentrada nesse território.

Sobre os atributos do espaço físico, as principais facilidades listadas em relação ao atendimento foram a localização de fácil acesso para os/as usuários/as e espaço com privacidade para atendimento individual e entrevistas. Os outros menos citados demonstram ser pontos que necessitam de melhorias, como o tamanho adequado para a quantidade de atendidos e a conservação e manutenção adequadas de equipamentos (telefone, fax, computador, internet, carro).

A mesma pergunta sobre a capacitação da equipe técnica foi feita com as unidades de atendimento. Seguindo o mesmo resultado dos gestores do programa, 135 unidades de atendimento relataram ter realizado algum curso e/ou oficina com seus profissionais. Os principais temas trabalhados também foram semelhantes, como o SINASE, PIA e o uso de drogas. Entretanto, como respeito ao Curso de Formação Continuada do SINASE, os indicadores foram inversos aos verificados no programa. Apenas, 51 unidades afirmaram ter participado desta capacitação, apresentando um cenário de técnicos de atendimento pouco capacitados.

No que tange a formação dos profissionais, os coordenadores das unidades são prioritariamente assistentes sociais e psicólogos. Estas habilitações são encontradas da mesma forma majoritária no corpo da equipe técnica de atendimento. Contudo, ressalta-se que o período de permanência destes membros à frente do serviço é, em maior número, de 2 a 4 anos, demonstrando a rotatividade de técnicos em decorrência de mudanças governamentais. Ademais como será confirmado no relatório da etapa qualitativa, faz-se necessária a realização de concursos públicos em muitas capitais para diminuir essa evasão profissional.

Mais questões pertinentes mensuradas consistiram nos principais problemas enfrentados pelas unidades no desenvolvimento das atividades de execução das medidas. As mais assinaladas foram a precariedade ou insuficiência de uma rede de serviços públicos adequada para encaminhamento do adolescente (93), excesso de burocracia (71) e orçamento insuficiente. Tais marcações vão ao encontro dos já mencionados problemas com a consolidação da rede e na condução dos recursos financeiros discutido nos módulos anteriores.

Sobre a questão dos orientadores socioeducativos e comunitários verificou-se que o entendimento dos técnicos sobre a responsabilidade e função destas figuras é heterogêneo. Mesmo com a referência do ECA e da Resolução N° 119 do Conanda, muitos não tiveram a compreensão clara da aplicação destes papéis nas atividades da socioeducação. Vale lembrar que a maior parte das unidades é da política de assistência cuja política de recursos humanos não prevê este profissional entre os membros da equipe. Portanto, este tema será mais bem abordado nos relatórios qualitativos.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) configura-se como um instrumento fundamental no processo socioeducativo e, por isso, a pesquisa dedicou um bloco exclusivo para verificar a efetividade da sua aplicação. Das 156 unidades, 128 relataram desenvolver o PIA para todos os atendimentos, 19 disseram fazer somente para alguns e apenas 9 afirmaram não aplicar nenhum instrumental desta natureza. Deste universo de 147 unidades, 141 indicaram que os adolescentes participam de sua elaboração e 137 assinalaram que os familiares ou responsáveis pelos adolescentes também participam. Vale salientar que 49 respondentes afirmaram avaliar o PIA mensalmente.

Ainda destaca-se que os três principais aspectos considerados na elaboração do instrumento são os objetivos declarados pelo adolescente, medidas de atenção à escolarização e atividade de integração e/ou capacitação profissional. Os relatórios são encaminhados para o judiciário realizar a avaliação da medida em 145 casos e 132 afirmaram acreditar que o PIA é um instrumento eficaz no processo socioeducativo. Tais números indicam que o plano está sendo utilizado na execução das medidas socioeducativas, entretanto, como se observou na etapa qualitativa, a ferramenta carece de aperfeiçoamento em algumas capitais.

Por último, buscou-se aferir sobre o perfil dos adolescentes que estão em cumprimento de LA e PSC nas unidades de atendimento. Entretanto, em razão da inconsistência das informações, a pesquisa procurou disponibilizar os dados mais gerais. Muitas capitais não possuíam alguns indicadores solicitados, além de informá-los com o recorte temporal diverso. Portanto, observou-se que a medida de LA possui maior número de adolescentes em cumprimento, seguida da PSC. Os atos infracionais mais cometidos estão ligados a crimes contra o patrimônio (roubo e furto) e tráfico de entorpecentes. O retrato dessas características está mais esmiuçado no relatório qualitativo, em que foi possível conhecer os adolescentes nos grupos focais.

Das 156 unidades de atendimento, apenas 37 declararam ter recebido algum adolescente com deficiência, 64 disseram ter atendido algum adolescente com transtorno mental e 147 afirmaram ter jovens com dependência de álcool e substâncias psicoativas. Desse número significativo de jovens com problemas de dependência, a pesquisa investigou que maconha, cigarro, cocaína e álcool são as drogas utilizadas com mais frequência. As unidades ainda sinalizaram que utilizam outros serviços especializados para suprir necessidades específicas do/a adolescente nessas situações.

Em suma, pode-se observar pelos resultados preliminares da pesquisa que a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto está avançando no que diz respeito aos serviços no âmbito da política de assistência social. Entretanto, é necessário que os governos municipais invistam recursos humanos e financeiros nesta política pública como forma de prevenção à questão da violência urbana.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL . CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. Resolução N° 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. Resolução N° 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS 2005.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. Resolução N° 33, de 12 de dezembro.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. Resolução N° 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS 2012.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente

BRASIL. Lei do SINASE Lei N° 12.594 de 2012

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei 8742 de 1993).

BRASIL. MDS. Portaria MDS N° 843/2010.

BRASIL. MDS/SNAS. Instrução Operacional N° 3/2010.

BRASIL. Resolução 119 de 2006 do CONANDA. Resolução do SINASE

Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS - N° 109, de 11 de Novembro de 2009 - DOU 25/11/2009)

SOUZA, Rosimere de; Lira, Vilnia Batista. *Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade*. Rio de Janeiro: IBAM/DES; Brasília: SPDCA/SEDH, 2008.

ANEXOS

ANEXO I: Questionário utilizado na pesquisa quantitativa (Etapa 1) nas 27 capitais.

ANEXO II: Listagem das Entidades, Programas e Unidades/Serviços/CREAS identificados.

ANEXO III: Perfil dos respondentes dos questionários.

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - quadro não sei 28.pdf e tabela cruzamento questões 28 e 29.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - quadro não 29 e integralmente 30.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela questão 33.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela cruzamento questões 63-107.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela questão 71.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela questão 76.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela questão 77.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela cruzamento questões 63-107.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela questão 111.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela por capital 126.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela-capital quest 127.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabelas por capital 128.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela por capital das respostas à questão 129.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela por capital 131.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela por capital 133.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela por capital 134.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela por capital 164.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela por capital das respostas à questão 165.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela por capital 167.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela por capital quest 168.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela por capital das respostas à questão 170.pdf

ANEXO IV: Detalhamento dos indicadores - tabela por capital 172.pdf